



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 016

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE MARÇO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 016

15ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 08

Requerimentos 09

Projetos de Lei 14

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 19

Dep. Ademir Bier 21

Dep. Stephanes Júnior 21

Dep. Reni Pereira 22

Dep. Edson Strapasson 23

Dep. Tadeu Veneri 26

Dep. Durval Amaral 28

Dep. Ney Leprevost 29

Grande Expediente:

Dep. Edson Strapasson 23

Dep. Elio Rusch 30

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 20

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 26

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 32

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 33

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 34

Liderança do Governo

Luiz Claudio Romanelli 36

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 37

Discussão/Votação

Redação Final 38

2ª Discussão 39

Requerimentos 39

Encerramento da Sessão 41

Publicações:

Comissão Executiva

Indicações Legislativas 41

Ata de Comissão

Defesa dos Direitos da Mulher,
da Criança e do Adolescente 53

DIÁRIO Nº 016

15ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
10 DE MARÇO DE 2009**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti, secretariada pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Luiz Nishimori.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari,

Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri e Teruo Kato (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Caíto Quintana, Dobrandino da Silva, Luiz Eduardo Cheida, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo e Waldyr Pugliesi (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob os n.ºs CEE/CC 602, 610, 611, 612 e 613/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil comunicando que o Sr. Roberto Requião - Governador do Estado sancionou os Projetos de Lei n.ºs:

344/08: De autoria do Deputado Edgar Bueno que, obriga o fornecimento de cadeiras de rodas para deficientes físicos e idosos, pelos centros comerciais, shopping centers ou estabelecimentos similares, em todo Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16048. **Anote-se - Arquivo-se.**

381/08: De autoria do Deputado Waldyr Pugliesi que, denomina contorno Pedro Marioto, o contorno sul do Município de Jaguapitã, rodovia PR-937, entroncamento que liga as rodovias PR-454 e PR-340, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16045. **Anote-se - Arquivo-se.**

200/08: De autoria do Deputado Luiz Nishimori e Cida Borghetti que, denomina rodovia José Carlos de Carli, o trecho da estrada estadual PR-454, que liga os Municípios de Astorga e Jaguapitã, numa extensão de 21 quilômetros, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16046. **Anote-se - Arquivo-se.**

300/07: De autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli que, dispõe que terá direito à matrícula no 1º ano de ensino fundamental de nove anos, a criança que completar seis anos até o dia 31 de dezembro do ano em curso, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16049. **Anote-se - Arquivo-se.**

789/07: De autoria do Deputado Ney Leprevost que, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Desembargador José Augusto Gomes Aniceto, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16047. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o n.º CTL/CC 016/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei n.º 153/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, por considerar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n.º CTL/CC 005/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.º 490/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n.º CTL/CC 006/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.º 405/08, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n.º CTL/CC 007/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.º 389/08, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n.º CTL/CC 008/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.º 475/07, de autoria do Deputado Plauto Miró, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n.º CTL/CC 009/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.º 776/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n.º CTL/CC 010/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.º 508/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n.º CTL/CC 018/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.º 084/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/CC 019/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 183/08, de autoria do Deputado Jocelito Canto, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° CEE/CC 705/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Luiz Carlos Martins, que solicita esclarecimentos sobre o SIMEPAR. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o OF.Incra/SR(09)D n° 124 da Sra. Maria Cristina M. Casagrande - Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do INCRA, comunicando o repasse no valor de R\$ 92.385,20 feito à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, da 1ª parcela dos recursos a serem repassados pelo INCRA, referentes ao Convênio CRT/PR n° 230000/08 - Curso de Graduação em Pedagogia para Educadores do Campo. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 750/CGOF/SENASP do Sr. Sidnei Borges Fidalgo - Diretor do Departamento de Execução e Avaliação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, comunicando convênios celebrados em 2008 entre o Ministério da Justiça, por intermédio da referida Secretaria e o Estado do Paraná junto aos Projetos de Segurança em Família, Arte da Paz, Escola Participativa, Ação Integrada de Atendimento Social, e aquisições de equipamentos diversos. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 570GAB/SESu/MEC da Sra. Valéria Grilanda Rodrigues Paiva - Ordenadora de Despesas, substituta da Secretaria da Educação Superior, comunicando que a referida instituição celebrou convênios com a Universidade Estadual de Maringá e a Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° AF/DEFIN/GTES-00091/09 do Sr. Ricardo Jorge da Silva Marques - Gerente da GTES/DEFIN/AF do BNDES, comunicando que o BNDES efetuou liberação de recursos financeiros para o Estado do Paraná, no âmbito do contrato n° 2222441, no valor total de R\$ 4.000.131,83. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO N° 138/09

Curitiba, 05/03/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para a superior deliberação dessa Casa de Leis, o anexo anteprojeto de lei, que trata de matéria atinente à recomposição salarial dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos, do Quadro Efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, prevista no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal.

Certo do acolhimento da proposição, que se reveste de transcendental importância para esta Corte, aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exa. a segurança do meu profundo respeito.

Atenciosamente.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° Os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal efetivo e dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam reajustados em 6,92% (seis vírgula noventa e dois por cento), a partir de 01/03/09, nos termos do anexo I desta lei.

Art. 2° Fica também concedido índice complementar de correção de 13,72% (treze vírgula setenta e dois por cento), a ser implantado de forma gradativa, por ato próprio do Ordenador da Despesa, em um prazo máximo de até 03 (três) anos.

Art. 3° As despesas decorrentes da execução desta lei, relacionadas aos servidores ativos e inativos, correrão por conta de dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 4° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos financeiros disciplinados nos artigos 1° e 2°, condicionados à disponibilidade orçamentária e financeira, ao comportamento da receita e às disposições da Lei Complementar Federal n° 101, de 04/05/00.

Palácio do Governo em Curitiba, em 2009

ANEXO I
TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS EFETIVOS

R\$ 1,00

Refer/nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I
01	1.733,71	2.032,80	2.383,48	2.794,64	3.276,70	3.841,79	4.504,39	5.208,27	6.528,54
02	1.758,97	2.062,40	2.418,20	2.835,35	3.324,43	3.897,78	4.560,37	5.316,34	6.664,01
03	1.784,59	2.092,45	2.453,43	2.876,67	3.372,88	3.954,59	4.617,14	5.426,67	6.802,30

ANEXO I TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS EFETIVOS									
R\$ 1,00									
Refer/nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I
04	1.810,59	2.122,93	2.489,17	2.918,58	3.422,03	4.012,19	4.674,75	5.539,29	6.943,47
05	1.836,97	2.153,86	2.525,45	2.961,12	3.471,85	4.070,63	4.733,22	5.654,24	7.087,56
06	1.863,74	2.185,26	2.562,24	3.004,28	3.522,44	4.129,93	4.792,53	5.771,57	7.234,65
07	1.890,90	2.217,10	2.599,57	3.048,05	3.573,76	4.190,09	4.852,74	5.891,36	7.384,77
08	1.918,45	2.249,45	2.637,48	3.092,48	3.625,84	4.251,15	4.913,78	6.013,61	7.538,02
09	1.946,46	2.282,24	2.675,94	3.137,55	3.678,66	4.313,09	4.975,69	6.138,39	7.694,46
10	1.974,80	2.315,48	2.714,91	3.183,27	3.732,26	4.375,93	5.038,52	6.265,78	7.854,12
11	2.003,57	2.349,21	2.754,47	3.229,67	3.786,63	4.439,69	5.102,29	6.395,80	8.017,11

CARGOS EM EXTINÇÃO			R\$ 1,00
Símbolo	Denominação		
CJ	Consultor Jurídico		8.017,11
CT	Consultor Técnico		8.017,11

REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO - SIMBOLOGIA "DAS" E "C"							
R\$ 1,00							
Símbolo	Denominação	Encargos Especiais	Vencimento Básico		Representação de Gabinete	Total com Encargos Especiais	
		Servidor com e sem Vínculo	Servidor com Vínculo	Servidor sem Vínculo		Servidor com Vínculo	Servidor sem Vínculo
DAS-1	-	5.102,29	124,80	623,99	950,84	6.177,93	6.677,12
DAS-2	Diretor/Inspetor	4.504,39	110,14	550,70	835,90	5.450,43	5.890,99
DAS-2	-	4.439,69	110,14	550,70	835,90	5.385,73	5.826,29
DAS-3	Coordenador	4.190,09	102,65	513,26	779,03	5.071,77	5.482,38
DAS-3	-	4.129,93	102,65	513,26	779,03	5.011,61	5.422,22
DAS-4	-	3.573,76	87,78	438,89	666,14	4.327,68	4.678,79
DAS-5	-	3.276,70	80,28	401,40	609,25	3.966,23	4.287,35
1-C	-	2.032,80	51,80	259,02	152,23	2.236,83	2.444,05
2-C	-	2.032,80	47,85	239,23	140,59	2.221,24	2.412,62
3-C	-	2.032,80	44,17	220,83	129,78	2.206,75	2.383,41

Exposição de Motivos

O presente anteprojeto de lei dispõe sobre reajustes a serem aplicados sobre o vencimento básico dos servidores ativos, inativos e dos cargos em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Este anteprojeto tem como objetivo a manutenção do poder de compra dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dado efetividade ao disposto no

artigo 37, X, da Constituição Federal. A premissa da política salarial desta Corte é a recomposição das perdas salariais.

Os dois índices de reajustamento são fruto dos percentuais inflacionários, calculados pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, gerido pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

6,92% - APURADO NO PERÍODO DE JANEIRO/2008 A FEVEREIRO/2009:

Compet.	Índice	Acum. (%)
jan/08	0,54	0,54
fev/08	0,49	1,03
mar/08	0,48	1,52
abr/08	0,55	2,08
mai/08	0,79	2,88
jun/08	0,74	3,64
jul/08	0,53	4,19
ago/08	0,28	4,48
set/08	0,26	4,76
out/08	0,45	5,23
nov/08	0,36	5,61
dez/08	0,28	5,90
jan/09	0,48	6,41
fev/09	0,48	6,92
Acumulado		6,92%

* Índice estimado pela média do período

13,72 - APURADO NO PERÍODO DE JANEIRO/04 A DEZEMBRO/05, PENDENTE DE RECOMPOSIÇÃO:

Compet.	Índice	Acum. (%)	Compet.	Índice	Acum. (%)
jan/04	0,76	0,76	jan/05	0,58	8,22
fev/04	0,61	1,37	fev/05	0,59	8,86
mar/04	0,47	1,85	mar/05	0,61	9,53
abr/04	0,37	2,23	abr/05	0,87	10,48
mai/04	0,51	2,75	mai/05	0,49	11,02
jun/04	0,71	3,48	jun/05	-0,02	11,00
jul/04	0,91	4,42	jul/05	0,25	11,28
ago/04	0,69	5,14	ago/05	0,17	11,47
set/04	0,33	5,49	set/05	0,35	11,86
out/04	0,44	5,95	out/05	0,75	12,70
nov/04	0,69	6,68	nov/05	0,55	13,31
dez/04	0,86	7,60	dez/05	0,36	13,32
Acumulado no ano:		7,60%	Acumulado no ano:		5,69%
Acumulado 2004/2005			13,72%		

A implantação da reposição salarial ocorrerá em dois momentos: 6,92 a partir de março/09 e 13,72% gradativamente, observando as disponibilidades orçamentárias e financeiras deste Tribunal, a exemplo da sistemática utilizada pelo Poder Executivo no exercício de 2007 que, através da Lei nº 15512/07, deliberou sobre a concessão de índice complementar para recomposição salarial.

O impacto orçamentário e financeiro do projeto de lei ora proposto, que será suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, disciplinado nos artigos 1º e 2º, importará, em um acréscimo: artigo 1º, de R\$ 11.896.973,00/ano (onze milhões, oitocentos e noventa e seis mil, novecentos e setenta e três reais); e artigo 2º, de R\$ 16.266.666,00/ano (dezesseis

milhões, duzentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais), cuja implantação será gradativa, em um período máximo de 03 (três) anos, e ficará condicio-

nada a existência de disponibilidade orçamentária e financeira, ao comportamento da receita e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00.

R\$ 1,00		
Proposto - Inicial (artigo 1º)		Proposto - Total* (artigo 2º)
Folha de pagamento - valores anuais	135.535.409,00	151.802.075,00
Acréscimo ano	11.896.973,00	16.266.666,00
% Despesa com pessoal sobre o Orçamento Total		90,35%
80,67%		

*Observada as condições de implantação gradativa

A projeção dos percentuais de comprometimento da despesa de pessoal sobre a Receita Corrente Líquida para o exercício corrente e os dois exercícios subsequentes, a

serem apurados em atendimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, correspondem a:

Proposto - Inicial	Proposto - Total
% Despesa com pessoal sobre a RCL - Anual	1,00%
0,90%	

Abaixo, portanto, dos limites definidos pela referida lei, que fixa o limite máximo para as despesas de pessoal (incisos I, II e III, artigo 20 da LRF) em 1,36% da RCL e o limite prudencial (parágrafo único, artigo 22 da LRF) em 1,29% RCL.

Encontra-se anexa a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 16032, de 29/12/08), e compatibilidade com o Plano Plurianual 2008 - 2011 (Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07).

EVOLUÇÃO DA DESPESA PROPOSTA - PROJEÇÃO 2009 - 2011					
	Valores Anuais	2009- Proposta Inicial Artigo 1º	Proposta Total Artigo 2.º	Projeção 2010	Projeção 2011
Orçamento Total 1,90% Receita Líquida*	168.009.190,00	168.009.190,00	168.009.190,00	175.569.603,55	183.470.232,17
Receita Corrente Líquida*	14.482.742.992,59	15.134.466.427,26	15.134.466.427,26	15.815.517.416,00	16.527.215.700,00
Folha de Pagamento Valores Mensais	9.535.237,00	10.276.246,00	11.508.938,00	11.993.329,00	12.712.929,00
Folha de Pagamento Valores Anuais	125.564.988,22	135.535.409,00	151.802.075,00	158.168.467,00	167.658.578,40
% Despesa Com Pes- soal sobre o Orçamento Total	74,74%	80,67%	90,35%	90,09%	91,38%
% Despesa com Pes- soal sobre a RCL	0,87%	0,90%	1,00%	1,00%	1,01%
Acréscimo Mês		741.009,00	1.232.692,00	484.391,00	719.600,00
Acréscimo Ano		11.896.973,00	16.266.666,00	6.366.392,00	9.490.111,40

* Evolução da RL e da RCL projetados c/ aplicação do índice de 4,50% para 2010 e 2011, de acordo com LDO/2009, Tabela 4 - Indicadores Econômicos do Período de 2005a 2011.

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento às disposições da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (artigo 17, parágrafos 1º e 2º), que a despesa, resultante do presente projeto de lei, observadas suas condicionantes expostas nos artigos

1º, 2º e 4º, está contemplada na Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2009 e no Plano Plurianual 2008/2011, não sendo necessária, portanto, a adoção de medida compensatórias.

Curitiba, 05/03/09.

(a) HERMAS BRANDÃO - Presidente

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 10/03/09.

Sr. Presidente:

Solicitamos o uso do Plenarinho da Assembleia Legislativa para a realização da Audiência Pública sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Estaduais da Saúde, no dia 24/03/09, às 9h.

Atenciosamente,
(a) TADEU VENERI

Indicações

INDICAÇÃO Nº 194/09

SÚMULA:

Indica ao Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva Governador do Estado do Paraná, seja definida no Município de Mandaguari, junto a VIAPAR, a construção do desvio da BR-376 retirando a rodovia do centro da cidade.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a definição junto à Viapar da construção do desvio da BR-376 no município de Mandaguari retirando a rodovia do centro da cidade.

Mandaguari tem sentido a violência do trânsito pesado pelas suas vias urbanas onde transitam mais de 5 mil veículos em sentido Maringá ou Curitiba, por ali passando caminhões, carretas, carga perigosa, além do transtorno causado pela poluição ambiental e sonora.

A cidade fundou uma associação chamada de ADAMA - Associação dos Amigos de Mandaguari com o objetivo de defender a causa do desvio urgente do trânsito pesado da BR - 376 pelas suas vias públicas, principalmente, pela avenida Amazonas e rua João Ernesto Ferreira.

São 11 Km de extensão, saindo e retornando para a BR - 376, causando um prejuízo de milhões de reais para a sua manutenção, conforme a Prefeitura Municipal. O custo para a Viapar, empresa concessionária do pedágio dessa rodovia, construir o desvio é de aproximadamente R\$ 60 milhões. Já foram feitos estudos para uma segunda opção que seria de 7 quilômetros, o que reduziria o custo para R\$ 35 milhões.

Apelamos para que a Secretaria dos Transportes e o DER tomem as devidas providências junto a concessionária da rodovia, naquele trecho, para solucionar definitivamente o problema cruciante da população de Mandaguari.

Esta indicação legislativa representa o pedido da Câmara de Vereadores de Mandaguari, Agência Regional do Desenvolvimento, APAE, Associação Comercial e Empresarial de Mandaguari, ADAMA, Comunidade Evangélica, Rotary Clube, Conselho Municipal de Segurança, Lions Clube, Loja Maçonica Estrela do Norte II,

Paróquia Bom Pastor, Paróquia Nossa Senhora Aparecida e Sindicato Rural Patronal de Mandaguari.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 195/09

SÚMULA:

Propõe ao Secretário de Estado da Saúde, Gilberto Berguio Martin, atenção especial à necessidade de construção de uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Irati.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subscreve, vem, respeitosamente, perante o Secretário de Estado da Saúde Sr. Gilberto Berguio Martin, solicitar:

- Construção de uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Irati.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de Município com uma população de 54 mil e 151 habitantes com IDH de 0,743, e com a construção da unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança certamente poderá melhorar os números do IDH, bem como dar atendimento prioritário à Mulher e à Criança, hoje efetuado juntamente com todo o público atendido no Pronto Atendimento 24 horas.

INDICAÇÃO Nº 196/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário de Transportes a Reforma e adequação da ponte que liga o Distrito e adequação da ponte que liga o Distrito de Graciosa ao Distrito de Mandiocaba.

Sr. Governador, Sr. Secretário de Transportes:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, requer seja aprovada a presente indicação, a fim de ser proposta ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Transportes a reforma e adequação da ponte sobre o Ribeirão 22, que liga o Distrito de Graciosa e o Distrito de Mandiocaba, situada na estrada Jacó Schultz.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

A estrada acima referida é via por onde transitam ônibus escolares e por meio das quais se transporta toda a produção agrícola e pecuária da região. Dispensável, portanto, destacar aqui o valor, a necessidade e a importância que a reforma dessa ponte levará ao povo dessas localidades mais economia, segurança e novas possibilidades de desenvolvimento.

INDICAÇÃO Nº 197/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado dos Transportes a construção de trevo de acesso ao Distrito da Linha Santa Catarina, na PR-163, Município de Santa Lúcia.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos indicar ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e à Secretaria de Estado dos Transportes a construção de trevo de acesso ao Distrito da linha Santa Catarina, na PR-163, Município de Santa Lúcia.

A rodovia estadual PR-163 corta o Município de Santa Lúcia, situada na Região Oeste do Paraná, dando acesso a diversas localidades, dentre as quais o Distrito da linha Santa Catarina. Esta comunidade rural, formada principalmente por pequenos agricultores utiliza regularmente o acesso à rodovia para o deslocamento de estudantes e o escoamento da produção. A inexistência de um trevo adequado para o acesso àquele Distrito tem resultado em inúmeros acidentes graves, sendo que nos últimos anos, ocorreram cinco com vítimas fatais.

Desta forma, a ação do Governo do Estado através do DER para a implantação de um trevo de acesso ao referido Distrito é de absoluta importância e urgência no sentido de salvaguardar a vida de centenas de pessoas que dependem daquele local para seu deslocamento e desenvolvimento de suas atividades.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

INDICAÇÃO Nº 198/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU a celebração de convênio com vistas a construção de uma Capela Mortuária no Município de Lindoeste.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos indicar ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU a celebração de convênio com vistas a construção de uma Capela Mortuária.

O Município de Lindoeste, situado na Região Oeste do Paraná, com uma população de aproximadamente 7 mil e 500 pessoas não conta com local adequado para realizar o velório de seus entes queridos.

A realização de obra dessa natureza atenderá grande demanda da população, trazendo comodidade e segurança para todos os municípios.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que o ilustre Deputado Chico Noroeste irá compor a Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, na condição de suplente em substituição a minha pessoa.

Sem mais para o momento, agradeço sua atenção.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) JOCELITO CANTO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 828

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência na Sessão do dia 09 do mês corrente, por motivos de saúde.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 831

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria de Lourdes Alves de Lima, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 832

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hussein Ali El Wardani, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 833

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Tatiane Noviski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 834

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria do Rosário Ferreira Furman, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 835

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Lemos de Mendonça, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 836

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Altino Paz de Camargo, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 837

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Tereza José Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 838

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria da Conceição Maciel, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 839

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Igor Teixeira da Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 840

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Cecília Souza, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 841

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Marly Cecília Camargo Chiafitela, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 842

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Moraes Bueno, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 843

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Iracema Sicorski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 844

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francelino Antunes Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 849

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares de Jorge Alberto Schimitt.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que é com grande tristeza que Guarapuava se despede de um autêntico homem: Jorge Alberto Schimitt.

Jorge Alberto Schimitt, empresário do ramo de pedras britadas, asfalto na Cidade de Guarapuava. Nasceu no Estado do Rio Grande do Sul, na Cidade de Porto Alegre. Há muitos anos escolheu Guarapuava para a esperança do seu futuro.

Ali iniciou sua vida, no ramo de pedra britada, abastecendo toda a Região Central do Paraná. Vindo mais tarde a fornecer britadas e asfalto para a rodovia Caminhos do Paraná, rodovia Cataratas e rodovia Ferroviária Federal.

Deixou a viúva Vera Atriz Zanone Schimitt e seus três filhos. Sua ausência será sentida no seio da Cidade de Guarapuava, onde teve uma vida muito ativa na sociedade, como empresário, esportista, pecuarista e um grande empreendedor.

Faz sentido registrar nos Anais desta Casa de Leis, a grandeza de Jorge Schimitt, que deixou Guarapuava enlutada, pois seu trabalho ajudou muito a construção da Guarapuava que sempre sonhamos.

Sua vida foi participativa, em todos os aspectos, sócioeconômicos, políticos e religiosos. Deixou uma lacuna difícil de ser preenchida. Mas seus familiares, com certeza, darão continuidade ao exemplo desse grande homem.

REQUERIMENTO N° 850

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Clodomiro Rodrigues Matozo.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que é com grande tristeza que Guarapuava se despede de um autêntico homem: Clodomiro Rodrigues Matozo.

Aos 75 anos deixa a vida, Tenente Matozo, casado, pai de três filhos e um neto.

Nascido na cidade de São Borja no Estado do Rio Grande do Sul, foi convocado a participar da implantação da Artilharia de Campanha Guarapuava.

Militar da Reserva do Exército Brasileiro, aposentando-se como Segundo Tenente, durante o tempo que esteve na ativa chegou ao posto de Subtenente, no 26º GAC, para muitos de seus subordinados não era Sub-Matozo, e sim o amigo, disciplinado, competitivo, homem de muitas conquistas pelo Exército Brasileiro.

Desportista nato, membro ativo do grupo de Escoteiros de Guarapuava, atualmente participava do grupo de casais, da Igreja Bom Jesus.

Tenente Matozo vai ficar na lembrança de seus familiares, amigos e na memória da Cidade que o acolheu por muitos anos.

Sua vida foi participativa, em todos os aspectos, sócioeconômicos, políticos e religiosos. Deixou uma lacuna difícil de ser preenchida. Mas seus familiares, com certeza, darão continuidade ao exemplo desse grande homem.

REQUERIMENTO N° 856

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER sejam externadas as condolências desta Casa Legislativa à família Ribas, de Curitiba, pelo falecimento da Sra. Eunice Correia Ribas, genitora do ex-Diretor Geral do DER e ex-Presidente da Itaipu Binacional, Dr. Antonio José Camboim Ribas, que ocorreu no último final de semana.

Por uma triste coincidência o falecimento ocorrido dia 07/03, oito dias após o passamento de sua genitora, Gertrudes Bürgel Correia, de tradicional família curitibana.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dada ciência do mesmo à família enlutada, na pessoa do Sr. Dr. Antonio José Camboim Ribas.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 829

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Exma. Sra. Joeci Machado Camargo, em razão da posse no Tribunal de Justiça do Paraná.

Ao longo de 22 anos de carreira, a Juíza Joeci trabalhou para levar serviços judiciais as camadas menos favorecidas economicamente do Estado, tendo desenvolvido o projeto Justiça nos Bairros

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO N° 827

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Juiz de Direito Luiz Fernando Tomasi Keppen pelo lançamento do livro Introdução à Resolução Alternativa de Conflitos.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Juiz de Direito Luiz Fernando Tomasi Keppen pelo lançamento do livro Introdução à Resolução Alternativa de Conflitos, natural de União da Vitória, formou-se em direito pela Universidade Católica do Paraná, tornando-se mestre em direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná, atualmente exerce a função de Juiz de Direito no Município de Colombo, Região Metropolitana de Curitiba, lança nesta data, livro tratando das negociações, mediação, levantamento de fatos e avaliação técnica independente nos conflitos, transmitindo desta forma todo o seu conhecimento adquirido como magistrado, auxiliando a todos àqueles que tenham interesse em dirimir dúvidas e criarem alternativas legais que permitam uma maior agilidade no tramite processual.

REQUERIMENTO N° 805

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Porto Amazonas, conforme solicitação do Vereador Carlão Schimiloski.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 806

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Ribeirão do Pinhal, conforme solicitação dos Vereadores Julio Rosa e Eduardo Ribeiro.

Requer ainda, que seja enviado correspondência aos Vereadores.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 807

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Jataizinho, conforme solicitação dos Vereadores Alex Faria e Bidu.

Requer ainda, que seja enviado correspondência aos Vereadores.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 808

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Itaperuçu, conforme solicitação do Vereador Jeca.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 809

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador

do Paraná solicitando a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Uraí, conforme solicitação do Vereador Leo Som.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 810

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Telêmaco Borba, conforme solicitação do Vereador Gilson.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 811

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Sertãoópolis, conforme solicitação do Vereador Vieira.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 812

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de São Mateus do Sul, conforme solicitação do Vereador Paulo Ferreira.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 813

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Quedas do Iguaçu, conforme solicitação do Vereador Valmor.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 10/03/09.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 814

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Pato Branco, conforme solicitação da Vereadora Arilde Longui.

Requer ainda, que seja enviado correspondência à Vereadora.

Sala das Sessões, em 10/03/09.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 815

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Paiçandu, conforme solicitação do Vereador Eduardo Pioneiro.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 10/03/09.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 816

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Ortigueira, conforme solicitação do Vereador Nivaldo Fartura.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 10/03/09.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 817

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Nova América da Colina, conforme solicitação do Vereador Mangue.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 10/03/09.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 818

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Morretes, conforme solicitação do Vereador Claudiney Quinha.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 10/03/09.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 819

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Londrina, conforme solicitação do Vereador Pastor Renato Lemes.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 10/03/09.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 820

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município da Lapa, conforme solicitação da Vereadora Casturina.

Requer ainda, que seja enviado correspondência à Vereadora.

Sala das Sessões, em 10/03/09.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 821

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Coronel Domingos Soares, conforme solicitação do Vereador Edinho.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 10/03/09.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 822

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a construção de uma Biblioteca

Cidadã para o Município de Cornélio Procopio, conforme solicitação do Vereador Emerson Fonseca.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 823

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Céu Azul, conforme solicitação do Vereador Mario Mitmann.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 824

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Bom Sucesso, conforme solicitação do Vereador Zé Marconi.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 825

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a construção de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Arapongas, conforme solicitação do Vereador João do INSS.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 847

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, valendo-se de suas competências regimentais, solicita informações, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado expediente ao Sr. Secretário do Estado de Segurança Pública, para que este, através de seus órgãos competentes, forneça informações detalhadas sobre a arrecadação e a utilização do dinheiro oriundo das multas de trânsito no Estado. Nesse sentido o Deputado solicita:

1 - O estudo ou a tabela contendo o montante de dinheiro oriundos das infrações por mês/ano - desde março 2007 até março de 2009.

2 - Qual é a política oficial do órgão quanto à destinação desse dinheiro? Quais são as ações do citado órgão que envolvem esses recursos oriundos das multas no Estado?

Vale lembrar que tais informações, tais como: o número agregado de infrações por mês/ano, os valores respectivos de tais infrações e a destinação desses recursos não constam no site do órgão www.detran.pr.gov.br, nem tampouco são disponibilizados na consulta telefônica através do número de atendimento.

Diante do presente, certo de que com respeito à atuação deste Parlamentar, receberemos o quanto antes as respostas necessárias ao esclarecimento da questão.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 080/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Sem prejuízo dos benefícios fiscais previstos na legislação, ficam introduzidas na Lei n° 16016, de 19/12/08, as seguintes alterações:

I - O artigo 1° da Lei n° 16016, de 19/12/08 passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1° Sem prejuízo dos benefícios fiscais previstos na legislação, ficam introduzidas na Lei n° 11580, de 14/11/96, as seguintes alterações:

I - o artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 14. As alíquotas internas são, conforme o caso e de acordo com a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) ou a Nomenclatura de Mercadorias - Sistema Harmonizado (NBM/SH), assim distribuídas:

I - alíquota de 7% nas operações com alimentos, quando destinados à merenda escolar, nas vendas a órgãos da Administração Federal, Estadual ou Municipal;

II - alíquota de 12% nas prestações de serviços de transporte intermunicipal e nas operações com os seguintes bens e mercadorias, exceto às saídas promovidas pelos estabelecimentos beneficiados pelas Leis n°s 14895/05 e 15634/07, estendendo-se às importações realizadas vias terrestres o tratamento disposto na Lei n° 14985/06.

a) Material Escolar

1. Agenda escolar (NCM 4820.10.00);

2. Álbuns para desenhar ou colorir (NCM 4903.00.00);

3. Apontador de lápis (NCM 8214.10.00);

4. Cadernos escolares (NCM 4820.20.00);

5. Cartolina escolar branca ou colorida (NCM 4802.56.99 e 4802.57.99);
6. Corretivo (NCM 3824.9.29);
7. Giz de cera para escrever ou desenhar (NCM 9606.90.00);
8. Instrumentos de desenho de traçado ou de cálculo (NCM 9017.20.00);
9. Lápis de cor (NCM 9609.10.00);
10. Lapiseira (NCM 9608.40.00);
11. Massas ou pastas para modelar, próprias para recreação (NCM 3407.00, exceto da posição 3407.00.20);
12. Papel 40 kg (NCM 4802.57.99);
13. Papel camurça (NCM 5210.59.90);
14. Papel cartão (NCM 4804.11.00);
15. Papel celofane (NCM 3920.20.19);
16. Papel crepon (NCM 4808.10.00);
17. Papel laminado (NCM 3921.90.19);
18. Papel seda (NCM 4803.00.90);
19. Papel sulfite A4 (NCM 4802.56.10);
20. Pincel de escrever e desenhar (NCM 9603.30.00);
21. Tesoura para papel (NCM 8213.00.00).
- b) animais vivos;
- c) hortifrutigranjeiros e agropecuárias, em estado natural; casulos do bicho-da-seda; sementes, embriões, ovos férteis, girinos e alevinos;
- d) alimentos, sucos de frutas (NCM 2009) e água de coco;
 - d.1) água mineral (NCM 2201)
 - d.2) ...Vetado...
- e) rações, farinhas, farelos, tortas e resíduos destinados à alimentação animal ou utilizadas na sua fabricação;
- f) refeições industriais (NCM 2106.90.90) e demais refeições quando destinadas a vendas diretas a corporações, empresas e outras entidades, para consumo de seus funcionários, empregados ou dirigentes, bem como fornecimento de alimentação de que trata o inciso I do artigo 2º, exceto o fornecimento ou a saída de bebidas;
- g) fármacos, medicamentos, drogas, soros e vacinas, inclusive veterinários, cápsulas vazias para medicamentos;
- h) de higiene pessoal e limpeza:
 1. Óleos essenciais (NCM 3301);
 2. Perfumes e águas de colônia (NCM 3303);
 3. Produtos de beleza, maquiagem e protetores solares (NCM 3304);
 4. Preparação capilares (xampu) (NCM 3305);
 5. Preparações para higiene bucal ou dentária (NCM 3306);
 6. Preparações para barbear e desodorantes corporais (NCM 3307);
 7. Sabões e sabonetes (NCM 3401);
 8. Papéis higiênicos, absorventes, fraldas e papéis semelhantes (NCM 4818);
 9. Absorventes e tampões higiênicos e fraldas de fibras têxteis (NCM 5601.10.00);

10. Escovas de dente, incluídas as escovas para dentaduras (NCM 9603.21.00).

i) calçados, tecidos, artefatos de tecidos, artigos de cama, mesa e banho, e artigos de vestuário, inclusive roupas íntimas e de banho, camisolas e pijamas, gravatas, meias, luvas, lenços, xales, echarpes, cachecóis, mantilhas e véus;

j) sacolas ecológicas;

k) de uso doméstico:

1. artigos para serviço de mesa ou de cozinha de plástico, madeira, porcelana, cerâmica e vidro (NCM 3924.10.00, 4419.00.00, 6911.10, 6912.00.00 e 7013.10.00 a 7013.49.00); talheres (NCM 8211.10.00, 8211.92.10 e NCM 82.15); panelas;

2. fogões de cozinha até quatro bocas;

3. refrigerantes e freezers até 300 litros com apenas uma porta;

4. máquinas de lavar roupa (NCM 8450.1) até seis kg.

5. máquinas de costura para fins doméstico (NCM 8452.10.00) e ferros elétricos de passar (NCM 8516.40.00);

6. chuveiros e duchas;

7. aparelhos receptores de televisão, até 29 polegadas.

l) assentos (NCM 9401); móveis (NCM 9403); suportes elásticos para camas (NCM 9404.10) e colchões (NCM 9404.2);

m) destinados à construção civil;

1. areia, argila, saibro, pedra bruta, brita graduada e pedra marruada;

2. tijolo, telha, tubo e manilha, de argila ou barro;

3. telhas e lajes planas préfabricadas, painéis de lajes, prélares e pré-moldados, de cimento, de concreto, ou de pedra artificial, mesmo armadas;

4. cal (NCM 2522), calcário (NCM 2521.00.00) e gesso (NCM 2520.20);

5. blocos e tijolos (NCM 6810.11.00);

6. ladrilhos e placas de cerâmica (NCM 6970 e 6908);

7. pias, lavatórios, colunas para lavatórios, banheiros, bidês, sanitários e caixas de descarga, mictórios e aparelhos fixos semelhantes para uso sanitário, de porcelana ou cerâmica (NCM 6910.10.00 e 6910.90.00);

n) madeiras e suas obras:

1. lenha (NCM 4401.10.00);

2. madeira em bruto (NCM 4403 e 4404);

3. painéis de fibras ou de partículas e painéis semelhantes, mesmo aglomeradas com resinas ou com outros aglutinantes orgânicos (NCM 4410 e 4411);

4. ...Vetado...

5. molduras de madeira (NCM 4414); caixotes, caixas, engradados, barricas e embalagens semelhantes, carretéis para cabos, paletes-caixas e outros estrados para carga e taipais de paletes (NCM 4415); barris, cubas, balsas, dornas, selhas e outras obras de tanoeiro e respectivas partes de madeira, incluídas as aduelas (NCM 4416);

ferramentas, armações e cabos, de ferramentas, de escovas e de vassouras; formas, alargadeiras e esticadores, para calçados (NCM 4417); obras de marcenaria ou de carpintaria para construções, incluídos os painéis celulares, os painéis para soalhos e as fasquias para telhados (shingles e shakes) (NCM 4418);

o) plásticos e suas obras:

1. blocos de espuma (NCM 3909.50.29);

2. perfis de polímeros de cloreto de vinila (NCM 3916.20.00);

3. tubos e seus acessórios (NCM 3917);

4. outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plásticos não alveolares (NCM 3920);

5. artigos de transporte ou de embalagem; rolhas, tampas, cápsulas e outros dispositivos para fechar recipientes (NCM 3923);

p) combustíveis:

1. gasolina de aviação (NCM 2710.11.51);

2. óleo diesel (NCM 2710.19.21);

3. mistura óleo diesel/biodiesel (NCM 2710.19.21);

4. gás liquefeito de petróleo (NCM 2711.19.10);

5. gás natural (NCM 2711.11.00 e 2711.21.00);

6. gás de refinaria (NCM 2711.29.90);

7. biodiesel (NCM 3824.90.29);

q) máquinas, implementos, tratores e micro-tratores, agropecuários e agrícolas (NCM 8201, 8424.81, 8432, 8436, 8437 e 8701, 8433.20.90, 8433.51.00, 8433.59.90 e 8433.90.90);

r) máquinas e aparelhos industriais, exceto peças e partes (NCM 8417 a 8422, 8424, 8434 a 8435, 8438 a 8449, 8451, 8453 a 8465, 8468, 8474 a 8480 e 8515);

s) empilhadeiras (NCM 8427.1019, 8427.2010 e 8427.2090), trator de esteira (NCM 8429.1190), rolo compactador (NCM 8429.4000), motoniveladoras (NCM 8429.2090), carregadeiras (NCM 8429.51.9), escavadeira hidráulica (NCM 8429.5290) e retroescavadeiras (NCM 8429.5900);

t) elevadores e monta-cargas (NCM 8428.10) escadas e tapetes rolantes (NCM 8428.40), partes de elevadores (8431.31), eixos, exceto de transmissão e suas partes (NCM 8708.5) e outros reboques e semi-reboques, para transportes de mercadorias (NCM 8716.3);

u) veículos automotores novos e peças para veículos automotores, inclusive para veículos, máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários, quando a operação seja realizada sob o regime da sujeição passiva por substituição tributária, com retenção do imposto relativo às operações subsequentes, sem prejuízo do disposto na alínea seguinte:

v) independentemente de sujeição passiva por substituição tributária, os veículos classificados na NBM/SH, com o sistema de classificação adotado até 31/12/96:

8701.20.0200,	8701.20.9900,	8702.10.0100,
8702.10.0200,	8702.10.9900,	8704.21.0100,
8704.22.0100,	8704.23.0100,	8704.31.0100,

8704.32.0100, 8704.32.9900, 8706.00.0100 e 8706.00.0200;

x) da indústria de automação e eletrônica:

1. máquinas e aparelhos de impressão por meio de blocos, cilindros e outros elementos de impressão da posição 8442.

2. máquinas de calcular programáveis pelo usuário e dotadas de aplicações especializadas; caixa registradora eletrônica (NCM 8470.50.1); partes e acessórios reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinados a máquinas e aparelhos da subposição 8470.2, do item 8470.50.1, da posição 8471, dos subitens 8472, 90.10, 8472.90.30 e 8472.90.90, e dos itens 8472.90.2 e 8472.90.5 desde que tais máquinas e aparelhos estejam relacionados nesta alínea (NCM 8473); partes e acessórios das máquinas da posição 8471 (NCM 8473.30); outros (NCM 8473.30.19);

3. motores de passo (NCM 8501.10.1); transformadores, conversores elétricos estáticos (retificadores, por exemplo), bobinas de reatância e de alta indução (NCM 8504);

4. discos, fitas, dispositivos de armazenamento não volátil de dados à base de semicondutores, cartões inteligentes (smart cards) e outros suportes para gravação de som ou para gravações semelhantes, mesmo gravados, incluídos as matrizes e moldes galvânicos para fabricação de discos (NCM 8523);

5. aparelhos transmissores (emissores) com aparelho receptor incorporado baseados em técnica digital (NCM 8525); receptores pessoais de radiomensagens - pager (NCM 527.90.1);

6. aparelhos digitais de sinalização acústica ou visual, exceto os aparelhos residenciais (NCM 8531);

7. condensadores elétricos próprios para montagem em superfície - SMD (NCM 8532.21.10, 8532.23.10, 8532.24.10, 8532.25.10, 8532.29.10 e 8532.30.10); resistências elétricas próprias para montagem em superfície - SMD (NCM 8533); circuitos impressos multicamadas e circuitos impressos flexíveis multicamadas, próprios para as máquinas, aparelhos, equipamentos e dispositivos constantes neste item (NCM 8534.00.00); interruptor, seccionador, comutador e codificador digitais (NCM 8536.50); conectores para circuito impresso (NCM 8536.90.40); comando numérico computadorizado (NCM 8537.10.1); controlador programável (NCM 8537.10.20); controlador de demanda de energia elétrica (NCM 8537.10.30);

8. diodos, transistores e dispositivos semelhantes semicondutores; dispositivos fotossensíveis semicondutores, incluídas as células fotovoltaicas, mesmo montadas em módulos ou painéis; diodos emissores de luz; cristais piezoelétricos montados (NCM 8541); circuitos integrados e microconjuntos, eletrônicos (NCM 8542); máquinas e aparelhos elétricos com funções próprias, não especificados nem compreendidos em outras posições (NCM 8543);

9. fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros condutores, isolados para usos elétricos (incluídos os

envernizados ou oxidados anodicamente), mesmo com peças de conexão; cabos de fibras óticas, constituídos de fibras embainhadas individualmente, mesmo com condutores elétricos ou munidos de peças de conexão (NCM 8544); cabos de fibras óticas (NCM 8544.70); fibras óticas (NCM 9001.10.1); feixes e cabos de fibras óticas (NCM 9001.10.20); dispositivos de cristais líquidos - LCD (NCM 9013.80.10);

10. instrumentos e aparelhos digitais para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária (NCM 9018); aparelhos digitais de meconoterapia; de ozonoterapia, de oxigenoterapia, de aerossolterapia; aparelhos digitais respiratórios de reanimação e outros aparelhos digitais de terapia respiratória (NCM 9019);

11. implantes dentários em geral, de qualquer material, inclusive os de titânio, de todas as formas, diâmetros e alturas, próprios para serem fixados nos ossos da mandíbula, maxilar ou zigomático, suas partes, acessórios e complementos (NCM 8108).

III - alíquota de vinte e cinco por cento (25%) nas operações com:

a) armas e munições, suas partes e acessórios (NCM Capítulo 93);

b) balões e dirigíveis; planadores, asas voadoras e outros veículos aéreos, não concebidos para propulsão com motor (NCM 8801.00.00);

c) embarcações de esporte e de recreio (NCM 8903);

d) energia elétrica destinada à eletrificação rural;

e) peleteria e suas obras e peleteria artificial (NCM Capítulo 43);

f) perfumes e cosméticos (NCM 3303; 3304; 3305, exceto 3305.10.00; e 3307, exceto 307.20);

IV - alíquota de vinte e oito por cento (28%) nas operações com:

a) gasolina, exceto para aviação;

b) álcool anidro para fins combustíveis;

V - alíquota de vinte e nove por cento (29%) nas prestações de serviço de comunicação e nas operações com:

a) energia elétrica, exceto a destinada à eletrificação rural;

b) fumo e sucedâneos, manufaturados (NCM 2402.10.00 a 2403.99.90);

c) bebidas alcoólicas (NCM 2203, 2204, 2205, 2206 e 2208);

VI - alíquota de dezoito por cento (18%) nas operações com os demais bens e mercadorias.

§ 1º Entre outras hipóteses as alíquotas internas são aplicadas quando:

I - o remetente ou o prestador e o destinatário da mercadoria, bem ou serviço estiverem situados neste Estado;

II - da entrada de mercadoria ou bens importados do exterior;

III - das prestações de serviço de transporte, ainda que contratado no exterior, e o de comunicação transmitida ou emitida no estrangeiro e recebida neste Estado;

IV - o destinatário da mercadoria ou do serviço for consumidor final localizado em outra unidade federada, desde que não contribuinte do imposto.

§ 2º A aplicação da alíquota prevista na alínea “t” do inciso II deste artigo, independerá da sujeição ao regime da substituição tributária nas seguintes situações:

I - no recebimento do veículo importado do exterior, por contribuinte do imposto, para o fim de comercialização, integração no ativo imobilizado ou uso próprio do importador;

II - na operação realizada pelo fabricante ou importador, que destine o veículo diretamente a consumidor ou usuário final, ou quando destinado ao ativo imobilizado do adquirente.

§ 3º Para efeito do disposto na parte final do inciso II do parágrafo 2º, é condição que eventual e posterior alienação do veículo ou sua transferência para outro Estado, pelo estabelecimento adquirente, ocorra após o transcurso de, no mínimo, 12 (doze) meses da respectiva entrada, circunstância que deverá constar no documento fiscal emitido referente à aquisição e será informada ao fisco de destino do veículo.

§ 4º O não cumprimento da condição, tratada no parágrafo 3º, ensejará a cobrança, do estabelecimento adquirente, do imposto devido, decorrente de diferença entre a aplicação da alíquota prevista no inciso VI do *caput* e aquela tratada na alínea “t” do inciso II do *caput*, com os acréscimos legais cabíveis, desde a data de entrada do veículo no seu estabelecimento.

§ 5º O disposto nos parágrafos 3º e 4º aplica-se a veículos automóveis de passageiros (NCM 8703) e veículos comerciais leves com capacidade de carga de até 5t (NCM 8704), e não se aplica no caso de sinistro por perda total do veículo a ser comprovado de acordo com a legislação própria e/ou segundo os princípios de contabilidade geralmente aceitos.”

II - fica acrescentado o parágrafo único ao artigo 15:

“Parágrafo Único. Na saída de mercadoria para a empresa de construção civil inscrita no cadastro de contribuintes do ICMS da unidade federada de destino aplica-se a respectiva alíquota interestadual.”

III - a alínea “b” do parágrafo 6º do artigo 24 passa a vigorar com a seguinte redação:

“b) consumida no processo de industrialização, inclusive no depósito, armazenagem, entrepostagem, secagem e beneficiamento de matéria-prima.”

II - O artigo 5º da Lei nº 16016, de 19/12/08, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Esta lei vigorará a partir do primeiro mês subsequente ao decurso de noventa (90) dias data de sua publicação, exceto em relação ao artigo 14 da Lei nº

11580/96, inciso II, “a” e “h”, que entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

As mercadorias listadas na letra “a” (Material Escolar), do inciso II, artigo 1º da Lei nº 16016/08, foi regulamentada pelo Decreto nº 4165 de 16/01/09, que introduz pequenas alterações nesta lei, a exemplo de cadernos escolares, que por um lapso, do legislador foi esquecido no texto da lei.

Da mesma forma as mercadorias listadas na letra “h” (produtos de higiene e limpeza), do inciso II, artigo 1º da Lei nº 16016/08, já estavam submetidas a uma carga tributária de ICMS equivalente a 12% na data da entrada em vigor da referida lei.

Para corrigir esta distorção, faz-se necessária nova redação, ao artigo 5º, que contemple a continuidade de incidência do ICMS à alíquota de 12% prescrita na Lei nº 16016/08 para as mercadorias do item “h”. De outro lado, a medida visa a evitar, no inter-regno entre a publicação da lei e o termo inicial de sua vigência (90 dias), os transtornos naturais na formação de preços dessas mercadorias, bem assim nas condições competitivas vis-à-vis contribuintes de outras Federadas.

Da mesma forma, estão sendo incluídos alguns produtos, que foram esquecidos pelo legislador no item “h”. A título de exemplo podemos citar o sabonete e as fraldas de pano. Apesar da utilização quase que universal de fralda descartável, ainda existe a utilização quase que universal de fralda descartável, ainda existe a utilização da fralda de pano, principalmente nas classes sociais mais pobres e/ou com problemas de alergia.

Para relembrar, transcrevemos abaixo o texto do Decreto Governamental mencionado no início desta justificativa:

DECRETO Nº 4165

O Governador do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso V, da Constituição Estadual, e considerando o Convênio ICMS 128/94,

DECRETA:

Art. 1º Fica introduzida no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 1980, de 21/12/07, a seguinte alteração:

Alteração 186ª Fica acrescentado o item 15-A ao Anexo II: “15-A. A base de cálculo é reduzida nas saídas internas que destinem a consumidor final material escolar, conforme itens a seguir relacionados com as respectivas classificações na NCM, de forma que a carga tributária resulte no percentual de 12% (Convênio ICMS 128/94):

Nº DESCRIÇÃO DO MATERIAL ESCOLAR NCM

- 1 - Agenda escolar 4820.10.00
- 2 - Álbuns para desenhar ou colorir 4903.00.00
- 3 - Apontador de lápis 8214.10.00
- 4 - Cadernos escolares 4820.20.00
- 5 - Cartolina escolar branca ou colorida 4802.56.99 4802.57.99
- 6 - Corretivo 3824.90.29
- 7 - Giz de cera para escrever ou desenhar 9609.90.00
- 8 - Instrumento de desenho de traçado ou de cálculo 9017.20.00
- 9 - Lápis de cor 9609.10.00
- 10 - Lapiseira 9608.40.00
- 11 - Massa ou pastas para modelar, próprias para recreação (exceto da posição 3407.00.20) 3407.00
- 12 - Papel 40 kg 4802.57.99
- 13 - Papel camurça 5210.59.90
- 14 - Papel cartão 4804.11.00
- 15 - Papel celofane 3920.20.19
- 16 - Papel crepom 4808.10.00
- 17 - Papel laminado 3921.90.19
- 18 - Papel seda 4803.00.90
- 19 - Papel sulfite A4 4802.56.10
- 20 - Pincel de escrever e desenhar 9603.30.00
- 21 - Tesoura para papel 8213.00.00
- 22 - Tinta guache 3213.10.00...”

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos a partir de 1/01/09.

Curitiba, em 16/01/09, 188º da Independência e 121º da República.

(aa) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

HERON ARZUA

Secretário de Estado da Fazenda

RAFAEL IATAURO

Chefe da Casa Civil

PROJETO DE LEI Nº 081/09

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Poder Executivo concederá a isenção total do pagamento de taxas dos eixos suspensos dos caminhões nas praças pedagógicas.

Parágrafo Único. Ficam incluídos nessa isenção os caminhões integrantes do programa “Via Fácil” das rodovias de pedágio.

Art. 2º As concessionárias que não cumprirem o disposto na presente lei pagarão multa equivalente a 10 (dez) vezes o valor da tarifa de pedágio cobrada.

Art. 3º Ficará a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, a regulamentação e execução do disposto na presente lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/03/09.

(a) MARCELO RAQNCEL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem por finalidade atender os caminhoneiros do nosso Estado, dando a isenção de tarifas no pedágio para os caminhões com eixos levantados.

Deve se considerar que o fato de existir, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretaria dedicada à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência, não retira da Assembleia Legislativa a prerrogativa de legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como Casa única do Legislativo Estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual.

A justificativa para a cobrança por eixo é de que quanto maior o número de eixos rodando, maior é o desgaste da superfície, porém, com os eixos levantados os caminhões têm menos contato as estradas, assim não danificando tanto as estradas do nosso Estado.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

Pequeno Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Concedo a palavra, no horário do Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Cida Borghetti, Dr. Batista, Deputado Nishimori, hoje os três brilhantes Parlamentares, comandando os trabalhos desta Casa de Leis.

Presidente Cida Borghetti, estou vendo aqui na imprensa no dia de hoje, o Hospital de Clínicas de Curitiba é obrigado a pagar R\$ 40 mil, a título de danos morais, porque uma criança lá foi internada e alguém, de maneira negligente, irresponsável, criminosa, acabou fazendo uma transfusão de sangue com sangue contaminado com o vírus da AIDS. Bem, saiu a decisão condenando o hospital a pagar R\$ 40 mil por danos morais. Evidentemente que o dinheiro do hospital, por ser um hospital público, nada mais é do que o dinheiro do próprio povo, então o povo do Paraná, de um modo geral, todos os paranaenses estão sendo condenados, porque é o dinheiro fruto do tributo que cada paranaense paga recolhe aos cofres públicos aqui no Paraná.

Entendo que se houve uma negligência, ou uma falha de trabalho, ou um ato irresponsável, porque não é possível a pessoa não saber que o sangue estava com o vírus da AIDS, e a criança acabou morrendo, não é possível que não tenha, ou não tivesse ali uma organização tal que fosse possível detectar que o sangue foi submetido a um exame prévio antes de ser feita a transfusão, e que se constatou que não havia o vírus da AIDS, ou que havia. Agora, fazer uma transfusão de sangue num hospital tão tradicional, que tantos serviços tem prestado ao povo do Paraná, é inadmissível.

Então, defendo que não caberia a multa diretamente ao hospital, porque quem está sendo multado, quem está sendo punido é o povo todo do Paraná, quando na minha ótica quem deveria ter sido punido é o encarregado do setor, é quem fez essa trapalhada que custou a vida de uma criança, que poderia estar viva, quem sabe até desfrutando de uma boa saúde, mas que infelizmente acabou morrendo por esse problema ocorrido no Hospital de Clínicas em Curitiba.

Bem, transporte escolar. Mas antes eu quero falar sobre a minha Cidade de Londrina. Com a nova eleição marcada para o dia 29, 3º turno. Mas não é sobre eleição que queremos falar, é sobre a merenda escolar. O Paraná é quase que nota zero de um modo geral, tanto a estrutura do Estado como até alguns Municípios. Deixaram faltar merenda, aqui no Paraná, para 1 milhão e 300 mil crianças.

Em Londrina não é o caso de faltar merenda, mas já se encontrou cocô de rato, merenda deteriorada. Tiveram que jogar no lixo algumas toneladas de merenda escolar em Londrina.

Agora há pouco uma nova bronca surgiu numa escola da Prefeitura de Londrina, na Escola Eugênio Purgim, no Conjunto São Lourenço. Essa escola recebeu algumas caixas de maçã, cujas frutas eram para ser servidas para os alunos. E, para espanto das merendeiras que abriram as caixas, para espanto do diretor, dos professores e da comunidade, mais de 80% das maçãs estavam podres.

Tem que haver respeito. Não é a primeira vez que a empresa fornecedora da merenda escolar em Londrina saiu nas manchetes dos jornais. É uma falta de respeito com o dinheiro público, porque essa merenda está sendo paga pelo povo de Londrina através dos impostos recolhidos pela Prefeitura.

Gosto sempre de insistir nessa tese, têm crianças que são tão pobres, que a única refeição que têm é a merenda escolar. Agora, comer uma merenda podre, deteriorada, com cocô de rato, ou servir fruta podre, creio que é um assunto para o Ministério Público, para os Vereadores de Londrina. Acredito que eles irão tomar as providências, junto com o Prefeito interino de Londrina, no sentido de chamar a atenção da empresa fornecedora da merenda. Se for o caso até rescindir o contrato.

Eu que tenho a honra de estar nesta Casa, porque recebi dos eleitores de Londrina mais de 68 mil votos para Deputado, somente em Londrina, tenho o dever a minha Cidade, o meu Paraná, e pregar correção desses problemas. Temos que aqui apelar à todas as autoridades que podem alguma coisa.

Criança não vota, não tem título de eleitor, mas é merecedora do nosso mais alto respeito. Temos que dar o melhor do nosso amor para com todas essas crianças. Elas têm que ser bem alimentadas, tem que ter merenda de primeira qualidade e jamais merenda podre, como tem acontecido na Cidade de Londrina.

Vamos votar aqui o projeto do Roberto Requião, que obriga os empresários a darem aumento para seus empregados; a para patroa dar aumento para a sua doméstica; para o agricultor dar aumento para seu empregado, para o lojista, o industrial, para o banqueiro para o plano de saúde, para todos. Por meio do projeto que vamos votar eles terão que dar, em média, 15% de aumento salarial para os trabalhadores e trabalhadoras da iniciativa privativa.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Nós temos um projeto nosso aqui estendendo esse benefício para todos os servidores e servidoras públicas do Paraná, da ativa e aposentados, e que se estenda esse aumento para os servidores e servidoras da Assembleia. Inclusive, o próprio Gaúcho estava me dizendo da URV. Os servidores da Assembleia têm o direito a essa URV, eles são compreensivos e topam que a Mesa Executiva da Casa faça até um parcelamento para pagar.

Nós votamos aumento para o Tribunal de Contas, para o Tribunal de Justiça, para o Ministério Público, para todo mundo. Caiu o projeto aqui, é aprovado do jeito que querem e quando se trata de melhorar a condição salarial dos servidores da Assembleia tem uma barreira, tem um fantasma, fecham as portas deixam para depois e vai ficando para depois, depois e depois. Já que vamos votar este projeto do Requião, vamos estender o aumento para todos os servidores públicos estaduais do Poder Executivo, do Poder Legislativo, para os aposentados e que a Casa, também, faça uma negociação, ainda que parcele, mas pague a URV para os nossos servidores.

Presidente Cida Borghetti, tenho aqui uma matéria: “Transporte escolar com frota sucateada. Município adia volta às aulas. Município de Nova Tebas vai começar com 11 dias de atraso as aulas, porque os ônibus não têm condições de transportar alunos”. Não é matéria de hoje, mas temos visto na televisão, no jornal e ouvido no rádio. Até parece aquela região mais pobre do Brasil. O aluno andando naquele ônibus quebrado, velho, que demora para passar. É um absurdo! Aqui no Paraná também tem acontecido não é só em Estado pobre do Nordeste.

Sabe por que estou falando isso, Deputada Cida Borghetti, a senhora que cria com tanto amor a Maria Vitória, sua filha? Porque na porta do Palácio tem uma frota de ônibus. Não sei quanto tempo já esses ônibus estão parados ali. Será que é para o povo tirar fotografia, filmar, ter discurso? O Prefeito vem com caravana do interior, vem com bancada da Câmara, vem com Secretá-

rio, alguns trazem até jornalista para fotografar a entrega dos ônibus. É muita frescura, é muita burocracia! É só as nossas autoridades fazerem um levantamento de Municípios para ver que Nova Tebas precisa de ônibus. A imprensa tem mostrado que o problema da precariedade dos ônibus é grave em grande parte do Paraná.

Se pararmos para meditar e vermos todos esses noticiários, veremos que enquanto tem crianças andando de ônibus, que até é um risco de vida, um risco até de acidentes graves pela falta de condições técnicas dos ônibus, vemos, há tanto tempo, essa frota de ônibus estacionada. Acho que é uma propaganda. O Governo tem direito de fazer propaganda, mas, pelo amor de Deus, coloca os ônibus ali num dia e manda entregar os ônibus no dia seguinte. Não vamos ficar com essa burocracia e usar os ônibus para dar voto. Acho que o Prefeito que tiver gratidão, vai receber o ônibus do Requião e vai votar no Requião para Senador ou o cargo que ele disputar. Já estão falando até no Requião para Prefeito de Curitiba.

Pelo amor de Deus, vamos dar esses ônibus a essas crianças que precisam de uma boa qualidade de transporte. Não vamos mais segurar esses ônibus, não. Esses ônibus estão retidos ali politicamente, para fazer um merchandising político, e as crianças que se danem. Coitadas das crianças. As crianças não votam. Quando instituírem o dia do eleitor para as crianças, aí acho que vão entregar os ônibus tudo na hora, não vão ficar mais segurando. Não sei, mas, na semana passada, os ônibus já estavam ali. Daqui a pouco é capaz de enferrujar ônibus ali, porque estão usando o ônibus “cata-voto” para o tal do merchandising político.

Então, a nossa crítica, a nossa expectativa é de que as autoridades da Educação levem em conta o que a imprensa tem mostrado, que muitos Municípios do Paraná, que estão quebrados, Municípios pobres, Prefeito sem condições, sem dinheiro no caixa, sem condições de comprar ônibus, o Prefeito está tendo que chegar aqui e ficar ajoelhado, beijando a mão de autoridade para poder conseguir um ônibus para a sua Cidade, por necessidade de dar uma boa qualidade, uma boa condição de transporte para os alunos da sua Cidade.

Portanto, esse é o apelo que fazemos: parem de usar a frota de ônibus que está na frente do Palácio, porque esses ônibus não foram comprados com o dinheiro particular de ninguém, é o dinheiro do povo que está ali. É o povo que ao comprar o remédio, o pão, o leite, o arroz, o feijão, o azeite, o vinagre, o açúcar, o sal, ao pagar as contas de luz, de água de telefone, todo mundo pagou imposto, do milionário ao mais pobre, e proporcionalmente, como sempre, o mais pobre é o que mais paga imposto neste País.

Então, é bom lembrar que o dinheiro da compra desses ônibus não é do bolso de nenhum político; é do povo, da população paranaense e, portanto, não deve ser utilizado da maneira como está sendo usado, parados ali há tanto tempo para esse merchandising político.

Para concluir, a polêmica que está a questão do Maurício Requião sobre o Tribunal de Contas, não sabemos qual vai ser o desfecho desse caso. Se ocorrer o pior para o Maurício Requião, que não reverta a situação no Supremo; caso isso ocorra, ele tem direito aos recursos.

Quero, Presidente Cida Borghetti, lembrar a V. Exa. que apresentamos uma solução para esta Casa. Eu apresentei um projeto de lei aqui, que está pelas gavetas, pelas comissões estabelecendo eleição direta para Conselheiro do Tribunal de Contas. É só escolher os novos Conselheiros através de concurso público, o que acabará com a barganha política e a ingerência política.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito é o Deputado Ademir Bier.

Deputado Ademir Bier (PMDB)

O SR. ADEMIR BIER

Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente, gostaria de registrar aqui a presença nesta Casa do Vereador de Marechal Cândido Rondon, que exerce hoje a função de Secretário de Obras do Município; e do Diretor de Obras da Secretaria e Obras do Município de Marechal Cândido Rondon.

Eu pediria licença à nossa Deputada Luciana Rafagnin, que preside o Bloco Agropecuário, para tecer aqui comentários sobre a suinocultura no Paraná. Nós tivemos, no final do mês de fevereiro, no Município de Toledo, num encontro dos suinocultores, estava lá também o Deputado Duílio Genari. Naquela oportunidade estava sendo feito o preparativo para um grande encontro que vai ter no início do mês de julho no Município de Foz do Iguaçu, o 13º Seminário Nacional do Desenvolvimento da Suinocultura.

A suinocultura para a nossa Região Oeste e para o Sudoeste representa muito para a economia do Estado do Paraná, são 14,2% do PIB agropecuário do Paraná. Então, é um segmento importante da nossa economia e que, de momentos em momentos atravessa dificuldades. Neste momento, em virtude da crise, está atravessando sérias dificuldades. O segmento se reuniu em Toledo para preparar esse grande encontro no mês de julho, para discutir a suinocultura. São 8 mil propriedades e 282 mil pessoas ligadas, direta e indiretamente, no segmento. Então precisamos discutir a suinocultura. Por que ela atravessa esse momento difícil?

Tivemos a oportunidade, quando participamos junto com ex-Governador Orlando Pessuti, na CPI dos Alimentos de discutir neste Paraná e neste Brasil, a suinocultura. Foi um trabalho fantástico, feito pela Assembleia Legislativa, naquela ocasião.

Esse encontro importante no começo do mês de julho, agora, irá discutir um tema importante, que é o consumo da carne no Brasil. Enquanto na Europa se consome em torno de 47 quilos *per capita* ano, no Brasil se

consome 14 quilos. Há um mercado muito grande a ser buscado e conquistado. Esse encontro em Foz do Iguaçu, vai debater justamente as alternativas para colocar no mercado interno o consumo da carne, que é realmente saudável. O segmento está extremamente organizado para fazer com que esse quadro que se encontra seja revertido.

Amanhã, pela manhã, junto com todo o Bloco Agropecuário, vai haver uma reunião com o Secretário da Agricultura. À tarde, aqui na Assembleia Legislativa, às 13h30, a Comissão de Agricultura também terá um encontro com os suinocultores.

O importante é que nós, os Deputados que representam esse segmento da agricultura nesta Assembleia Legislativa, possamos participar ativamente nesse encontro de Foz do Iguaçu. Convoco a todos os nossos companheiros para no início do mês de julho, em Foz do Iguaçu, estarem presentes nesse encontro.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente Nelson Justus, Deputados Nishimori e Teruo Kato senhoras e senhores.

Acho que todos acompanharam, ontem, durante a semana passada, retrasada, as atitudes do MST. Ele tem conseguido descumprir todas as leis brasileiras e não ser punido. Ontem, o MST conseguiu invadir um terminal que tinha produtos para a exportação de uma empresa brasileira, que trabalha com madeira, papel e celulose, em Barra do Riacho, no Espírito Santo, danificando 2 mil toneladas de madeira que serão exportadas, para protestar a favor da reforma agrária.

Essa mesma empresa, há dois anos atrás, teve um laboratório de pesquisa invadido onde foram destruídos 25 anos de pesquisas, em mudas, experiências e materiais. Foram milhões em prejuízo. Ninguém foi punido, porque a Via Campesina e o MST não existem constituídos formalmente. Você tem que pegar as pessoas que fizeram isso. Normalmente, essas pessoas são tratadas como as que não têm responsabilidade pelo que fazem. Eles destroem e não são processados e punidos.

Isso gera um círculo vicioso. A quantidade de invasões que temos tido no Brasil e no Paraná, em áreas produtivas, boas, é um absurdo! Isso gera insegurança, prejudica a agricultura e não ajuda ninguém. Há muita gente que precisa de emprego e de trabalho. O Governo tem que fomentar a geração de emprego e de trabalho. Mas, não é esta forma, atendendo esse movimento que vamos conseguir alguma coisa.

O Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, está corretíssimo ao afirmar que eles agem como

baderneiros, como pessoas que prejudicam o Brasil. E mais, ao dizer que infelizmente o Governo libera dinheiro para ONGs, que ao invés de receber esse dinheiro para alfabetização de adultos, fornecer alimentos, eles dão o dinheiro que acabam sendo utilizados para invadir.

Ontem foram suspensas as contas da ANCA. Uma ONG chamada Associação Nacional de Cooperação Agrícola. Recebeu 40 e poucos milhões nos últimos anos e não prestou conta desse dinheiro. Esse dinheiro foi repassado ilegalmente para o MST, que utilizou da forma que já sabemos.

Então, está tudo errado. O Brasil tem que ajudar o pequeno agricultor, que o seu filho aqui no Paraná, por exemplo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, tem que sair para o Mato Grosso, para o Vale do Rio São Francisco na Bahia, para Rondônia, para Goiás, porque lá as terras são mais baratas, e tem vocação tem capital. Só precisa de ajuda para ficar no Paraná. Temos que ajudar o pequeno agricultor. Essa é a melhor maneira de se fazer reforma agrária, não somente dar a terra para quem não tem. Muita gente não tem terra, precisam de emprego, de oportunidades para montar o seu negócio, algo diferente. Mas hoje, você querer tratar como a 500 anos atrás, quando se fez na Europa, não tem nada a ver. Hoje, temos muita gente no campo.

Esses assassinatos então, que houve no Brasil? Aonde pessoas que são motoristas de táxi, de moto, outro trabalhava como carpinteiro, e no final de semana como segurança, foram brutalmente assassinados pelo MST. E o pior vi Deputado aqui na tribuna dizer que foi em legítima defesa! Desde quando assassinar alguém friamente é legítima defesa?

É uma pouca vergonha o que está acontecendo no Brasil! Quero me solidarizar com a Justiça, até com o Juiz do Paraná, que deu uma sentença punitiva ao Estado de 40 milhões de ressarcimento aos proprietários de uma área que foi invadida, que o Governo não deu à Polícia para retirá-los, ou seja, o passivo que vai ficar para o futuro em função de não se cumprir decisão judicial, de se retirar os invasores das áreas. Está aqui, último dia do mês passado, de fevereiro: "Governo vai pagar multa de 40 milhões". O Juiz da 3ª Vara, Roger Vinícius Pires de Camargo Oliveira, determinou que o Estado do Paraná pagasse 40 milhões aos proprietários de uma área invadida. E com razão. Se outro Juiz tivesse essa mesma coragem, não teríamos tantas invasões como estamos tendo. E o passivo que vai ficar para o futuro do Paraná é muito grande. Acho que o Governo tem que cumprir a decisão judicial.

Temos que ter postura firme. Não dá para aceitar Deputado vir aqui e dizer que quem mata é em legítima defesa, porque é de Esquerda. É uma pouca vergonha! Sinto-me como aquele assassino italiano, Cesare Battisti, que porque é de Esquerda querem dizer que não fez nada, não matou ninguém e pode ficar aqui.

Agora, o MST está invadindo, não cumpre a lei, mas é de Esquerda pode fazer. É uma pouca vergonha!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Nelson Justus; Deputado Teruo Kato, 1º Secretário nesta tarde; Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Há poucos minutos tivemos a votação de um projeto polêmico na CCJ. Polêmico não tanto quanto o mérito, mas quanto à forma. E eu aprendi aqui nesta Casa, Deputada Beti, que quem não tem a força da maioria do Governo tem que se socorrer no Regimento. E fizemos uma questão de ordem até no sentido de preservar aquilo que é um dever desta Casa. Preservar não o direito, mas o nosso dever de pedir esclarecimento de onde estariam sendo cancelados.

Então, levantamos uma questão de ordem inicialmente, eu, por conta do funcionamento da Comissão de Constituição e Justiça após as 14h30, que foi indeferida pelo Deputado Durval Amaral, dizendo que não havia o funcionamento junto com o Plenário, porque não havia começado, e logo na sequência o Deputado Traiano também fez uma questão de ordem, invocando o artigo 78, que diz que o Plenário tem que iniciar a Sessão às 14h30.

Por que fizemos isso? Numa tentativa de prorrogar a votação. Nitidamente foi. Inclusive deixamos a sala da CCJ, porque entendemos, Sr. Presidente, que não é apenas um direito deste Parlamento. É um dever nosso, porque se aprovarmos esse projeto sem as informações que tentamos obter através de um pedido de informação que foi derrotado por um voto na CCJ - quais as verbas que estavam ou as despesas que estão sendo canceladas no anexo 7, porque a Constituição do Estado é bem clara - a Assembleia Legislativa tem o dever de fiscalizar a execução orçamentária. Como que nós vamos fiscalizar a execução orçamentária. Como que nós vamos fiscalizar a execução orçamentária se não sabemos o que estamos cancelando? Aprovamos um orçamento há dois meses atrás, estamos fazendo um cancelamento genérico, o Líder do Governo informa que são as emendas de Deputados, mas se eu pedisse para ele indicar quais as emendas, quais os Deputados, tenho certeza, e não vou colocá-lo nesse constrangimento, porque ele também não sabe, mas sabe o que vai acontecer, Deputado Scanavaca? Temos o dever de fiscalizar a execução orçamentária.

Se lá no mês de julho, setembro, acontecer alguma questão que invoca o dever desta Casa de fiscalizar alguma coisa e formos executar, esse cancelamento de 40 milhões vai servir para acobertar aquela situação. Não podemos abdicar de algo que não é um direito nosso, é um dever nosso de fiscalizar.

Votaremos essa Mensagem nº 039 sem identificarmos o que está efetivamente sendo cancelado no orçamento, é um perigo para esta Casa e principalmente para o Poder Executivo, porque como diz o ditado, se você

começar a demonstrar que não há necessidade, daqui a pouco a própria população vai perguntar: “Qual é a necessidade?”

Não se trata, mais uma vez, de questionar a legalidade, o mérito. Isso é uma questão - até acho que Governo está fazendo um bom negócio comprando algo que vale 190 milhões, por 40 milhões - é um projeto muito bom para Curitiba e, com certeza, para o Estado do Paraná. Mas há que se questionar: se fosse ele comprar para ele, compraria com tudo isso que está envolvido, mas isso é uma questão de mérito. Mas a formalidade nós não poderíamos declinar.

Então, só para deixar claro, Deputado Nelson Justus, porque inclusive na questão de ordem, daqui a pouco podem dizer: “Mas os Deputados Reni e Traiano estão questionando o Deputado Nelson Justus”. Não, nós invocamos o Regimento porque entendemos, com certeza, se fosse uma votação qualquer jamais iríamos fazer essa questão de ordem tentando invalidar a votação, porque entendemos que o precedente que estamos prestes a abrir é muito grave e pode deixar seqüelas muito graves ainda perante o erário público, não para 10 ou 15 anos, daqui a pouco, daqui a 20 ou 30 anos.

Era o que eu tinha a deixar. E mais uma vez dizendo que não é nada contra o Deputado Durval Amaral e muito menos contra V. Exa., mas quem não tem os votos apela ao Regimento, principalmente neste caso que queríamos resguardar um direito desta Casa de fiscalizar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Sr. Deputado Edson Strapasson.

Deputado Edson Strapasson (PMDB)

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna nesta tarde para fazer dois encaminhamentos que creio serem importantes.

Primeiro, gostaria de falar, creio que pela última vez, em relação a um requerimento que aprovamos na semana retrasada. Aliás, o Líder do Governo gentilmente solicitou à Secretaria da Fazenda algumas informações para que houvesse um esclarecimento em relação à polêmica do valor do IPVA cobrado de 1% para 2,5% sobre aqueles veículos utilitários, com carroceria aberta, e foi encaminhado um requerimento para que o Estado revisse o seu enquadramento em função da Resolução nº 291. E nós fizemos esse pedido de informação exatamente porque alguns setores da imprensa, de forma até indevida, colocaram como se fosse um encaminhamento para reduzir o IPVA daquelas caminhonetes de luxo de 100, R\$ 150 mil, como foi falado.

Para provar exatamente de que tipo de veículo estamos falando, pedimos uma informação à Secretaria da Fazenda, que prontamente, mesmo antes de cumprir os 30 dias, nos encaminhou. E chegamos à seguinte infor-

mação da Fazenda: apenas 1% dos veículos que estávamos tratando, era veículos avaliados pelo valor venal, pela tabela FIPE, que diga-se de passagem está hoje em torno de 25% a 30% do valor real dos veículos, que em função da redução do IPI, em função da crise, tiveram uma redução drástica. O veículo usado, hoje, vale 30% abaixo do valor da FIPE. Ou seja, se buscarmos o valor real, esse veículo viria aí para uns 70 mil. Apenas 1%. Noventa e nove por cento desses veículos estão avaliados com valor em torno de R\$ 50 mil. E 54% dos veículos estão avaliados pela FIPE em R\$ 36 mil 638 na média. Se formos nos pautar pelo valor de mercado, esse valor é R\$ 25 mil. Ou seja, 54% dos veículos estão avaliados em torno de R\$ 25 mil, que creio não ser nenhum valor de alto custo.

Em diversas oportunidades me deparei circulando nas vias da Região Metropolitana, com aqueles veículos antigos, mas que têm uma cabine que cabe cinco passageiros, com carroceria carregada de material de construção, de carrinho de mão, outros carregados de peças de oficina mecânica, indo fazer socorro para caminhões que estão, muitas vezes, com problemas mecânicos na estrada, e outros também trabalhando na agropecuária.

Então, que fique muito claro que o Governo do Estado, ao invés de cobrar 1% de veículos utilitários que têm carroceria aberta, que valem pouco, apenas 1% são avaliados com mais de 100 mil, todos os 99 são valores menores. Portanto, pequenos foram, de certa forma, penalizados, sendo obrigados a pagar uma tarifa 150% maior, enquanto vemos muitas vezes alguns utilitários que apenas e tão-somente por comportar dois passageiros, Deputado Nelson Justus, são tarifados em 1%.

O nosso questionamento é exatamente no valor que o imposto tem que ser justo, e para ser justo ele tem que dar para o mesmo cidadão a mesma condição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. vai usar o Grande Expediente.

Passa a usar o horário do Grande Expediente

O SR. EDSON STRAPASSON

Nós buscamos essa discussão aprofundada, esperamos ter quando aprovarmos a nova Lei do IPVA para o ano que vem, fazer uma discussão aprofundada desta matéria, até porque a Assembleia Legislativa jamais deu autorização para o Governo mudar esses percentuais de cobrança de alíquota.

Vemos muita gente trabalhadora sendo obrigada a pagar 150% a mais quando usa um equipamento, não para passeio, não para lazer, para executar as tarefas do dia a dia. São veículos utilitários e não aqueles que são carros de luxo, que esses já pagavam 2%, continuarão pagando 2% e assim é justo que eu pague. Mas não aquelas caminhonetes, carrocerias, que realmente estão sendo hoje injustiçadas.

Por esse cálculo, o Governo acabou arrecadando a mais do que deveria, em torno de R\$ 18 milhões. São R\$ 18 milhões dos 29 mil 331 veículos ao total do Estado do Paraná, que o Governo arrecadou a mais, Deputado Pastor Edson, tirando exatamente daquele trabalhador que tem uma pequena empresa, um pequeno negócio, que usa esse veículo para trabalhar. Portanto, o Governo foi injusto e vamos continuar para que nós, na nova legislação, determinemos que o Governo realmente pratique a justiça. Porque evidentemente, o que falou o Líder do Governo, a sua justificativa foi que o Governo se pautou nas Resoluções nº 291 e 292, nacionais, que recadastram os veículos.

Pois bem, essa matéria eu estudei profundamente e o artigo 3º da Resolução nº 291 diz o seguinte: *Os veículos que vierem a ser pré-cadastrados, ou efetuarem transformações previstas no anexo 2 desta resolução, devem ser classificados conforme tabela anexo 1.*

Veja bem, ela está se referindo aos veículos novos a serem fabricados, a serem cadastrados, que foram frutos de comercialização, e não poderia o Governo recadastrar com base nisso. Até porque a tabela do anexo 291 e 292, se reporta a veículos especiais como: ambulâncias, funeral, limusine e outros veículos que realmente foram adaptados para outros serviços. Portanto, devem ter uma alíquota diferente.

Vem aqui o nosso repúdio à essa atitude e, principalmente, vamos com certeza dizer claramente que o Governo cometeu uma injustiça e cometeu uma ilegalidade. Por quê, Deputado Belinati? Porque não poderia ter reclassificado veículos que não são novos e que não foram recadastrados.

Com a palavra o Deputado Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Deputado Strapasson, inicialmente o meu respeito a V. Exa. e a preocupação que tenho, quando V. Exa. aborda o problema da caminhonete, é que lamentavelmente o assunto foi mal degustado por alguns setores da imprensa. Eu saí pelo interior, comecei a ter que dar entrevista para falar da tal da bancada, de que a Assembleia estava aqui para legislar, para defender alguns Deputados que são donos de caminhonetes.

Eu não tenho caminhonete; meu respeito a quem tem caminhonete ou carro de luxo. Estou entendendo a preocupação de V. Exa., que acredito muito que é abrangente. Tem que ser abrangente para os proprietários de todos os tipos de veículos. Porque houve uma fraude do DETRAN ao estipular uma alíquota de maneira ilícita, irregular, que não foi aprovada por esta Casa. O DETRAN está cobrando o IPVA muito acima de todos os veículos, do “pé-de-bode”, do carro do ano, 1995, 2000, não é apenas dos carros 2008, 2009.

Quero pegar uma carona nessa caminhonete de V. Exa. para defender que o nosso projeto que apresentamos, inscrevemos, estabelecendo o DETRAN do Paraná terá que cobrar o IPVA baseado no veículo em

janeiro. Porque se eu não estou equivocado, a avaliação do DETRAN corresponde ao mês de outubro, quando o preço está lá em cima. O carro usado, com a queda do IPI, teve uma queda violenta, e no entanto o DETRAN está cobrando como se o carro estivesse supervalorizado. Ou seja, estão botando a mão no bolso de maneira indevida.

Quero aqui colocar que o meu projeto é para quem tem caminhão, moto, carro novo, usado, estabelecer a cobrança justa, ou seja, uma avaliação no preço de mercado do carro correspondente a janeiro e no ano todo. Para quem não sabe, em outubro o preço do carro estava lá em cima. Em janeiro, como agora, o preço está aqui em baixo.

V. Exa. está de parabéns pela postura que está tomando e vamos juntos aprovar o nosso projeto de lei, que é apenas para reparar esse absurdo que o DETRAN está praticando.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Deputado, só complementando o seu questionamento, é bom que se diga que nós Deputados e o senhor também, teremos oportunidade, no mês de novembro deste ano, de fazer análise do novo projeto que anualmente vem a esta Casa para autorização da cobrança do IPVA. Somente nessa oportunidade, num projeto que vem do Governo, poderemos debater, e tenham certeza que terão o meu apoio, não só para que o Governo cobre o valor do mês respectivo ao lançamento do tributo, ou seja, 1º de janeiro do ano, que é justo, mas que não aprovemos, como foi feito no ano passado, a tabela FIPE, que é usada para seguro de quem tem interesse, assim como aquele que faz seguro, ele sempre tem interesse de fazer uma cobertura melhor, porque ele tem prejuízo. Eles usam a tabela do FIPE para essa finalidade.

Creio, mais uma vez dizendo, que não é a tabela FIPE o melhor referencial. Pode ser a FIPE sim, mas deduzida pelo menos uns 20%.

Além da questão de ser lançado no mês correspondente, precisamos estabelecer um valor redutor da tabela FIPE para avaliação dos veículos, pois não valem o que está colocado na tabela do FIPE.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Mas então V. Exa. está jogando a toalha!

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Todos os senhores sabem, a Assembleia não tem mais tempo agora para este ano, já que aprovamos uma tabela de base de setembro de 2008, que infelizmente, o carro reduziu o valor. Creio que o IPVA deste ano já está sendo pago, e que este ano mesmo o senhor colocasse em pauta o seu projeto. Hoje, dificilmente ele retroagirá ao início do ano, a menos que o Governo, por espontaneidade, assim o fizesse.

Mas volto a dizer que teremos a oportunidade de debater o IPVA para o ano seguinte ou para este ano.

Quem quiser ingressar na Justiça tem direito a questionar o valor real do seu veículo, mas creio que é uma boa oportunidade de pensarmos profundamente quando aprovamos, para que sejamos justos, não somente com os veículos utilitários, que são veículos de trabalho e devem pagar 1%, assim como pagam as locadoras 1%, mas também todos os veículos devem ser pautados na tabela do FIPE, sim, mas com valor reduzido, porque a tabela do FIPE é muito alta para a nossa realidade.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Costumo dizer que oportunidade é um careca de topete. Ou você pega pela frente na hora em que ela aparece, ou ela vai embora. Mas, só para deixar bem claro que esta situação que V. Exa. vem denunciando, junto com outros Deputados, independente da cor partidária, a Assembleia não negligenciou na votação do IPVA no ano passado.

O imposto é constituído de um fato gerador, de uma base de cálculo. Anualmente, votamos o reajuste da base de cálculo do valor dos carros. Neste ano, adotamos a tabela FIPE. Só que a tabela FIPE que enviaram para cá foi a de três meses antes da crise da venda dos veículos automotores. E fizemos uma questão de ordem que inclusive foi aquiescida pelo Presidente, no dia em que votávamos a segunda votação, que era o mérito desta tabela em anexo à lei, dizendo que era redundante fazer uma emenda, mas que seria de bom alvitre para os técnicos do Governo que adotassem a tabela FIPE em vigor no dia 1º de janeiro. Por quê? Porque o fato gerador do IPVA é a propriedade do veículo em 1º de janeiro e não em 30 de setembro, conforme o anexo.

Então, só faço este aparte para contribuir com V. Exa, porque se eventualmente, já que V. Exa. está orientando para aqueles que se sentem lesados, e é um direito, porque realmente muitos foram lesados no Estado do Paraná, para que se quiserem solicitem à Assembleia Legislativa as notas taquigráficas, porque lá tem esta correção e não negligenciamos no cumprimento. Votamos, mas fizemos este aparte no dia da votação.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Perfeitamente. Recordo-me plenamente quando este assunto foi questionado por V. Exa, que deveria ser a tabela de janeiro. Agora, é evidente que na redação final constou tabela anexa de valor venal, que era de outubro.

Então, vejo que cada cidadão injustiçado pode recorrer à Justiça, sim. Infelizmente, o valor da diferença é muito menor que o custo de uma ação e dificilmente alguém, a menos que tenha uma frota muito grande, ele vai entrar na Justiça, mas é bom que fiquemos bastante atentos. A Assembleia jamais passou ou autorizou o Governo a fazer estas mudanças. Foram assim colocadas. Infelizmente, aconteceu a queda do preço do veículo e o cidadão foi lesado, fomos todos. Creio que devemos reparar, no ano que vem, fazendo uma avaliação venal benevolente, para que sejamos justos com o contribuinte.

Outra questão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que trago a esta tribuna, na manhã de ontem tivemos uma questão - pena que o Deputado Mauro Moraes não está em plenário, ele que é o Presidente da Comissão de Segurança - mas tivemos uma reunião discutindo a questão da Segurança Pública na Região Metropolitana, especificamente no Município de Colombo, e existe um clamor, um desespero meio que geral, não só em Colombo, mas na Região Metropolitana. Tivemos uma reunião também no ano passado discutindo com os comandos da Polícia Militar e Civil, com as entidades organizadas, com a Associação Comercial do Município, e houve pleitos encaminhados. Tivemos um com representantes da sociedade, o Coronel Anselmo, que nos atendeu muito bem, prontamente já deu uma reforçada nas viaturas necessárias, para repor pelo menos aquelas que estavam em baixa. Alguns homens já foram acrescentados. Mas, nada que justifique, ou que resolva a questão.

Apesar de que esta questão de Segurança é hoje o desespero das metrópoles. Mas, é bom que também avaliemos a realidade da Região Metropolitana. Enquanto o Município de Guarapuava, Deputados Artagão Mattos Leão, Fernando Ribas Carli Filho, que têm 169, 170 mil habitantes, tem lá um efetivo em torno de 200, 212 homens, o que dá um policial militar para cada 800 pessoas, 797 pessoas. Colombo, por exemplo, tem um policial para cada 4 mil 500 habitantes.

Esta realidade não deve ser diferente talvez em Araucária ou São José, pouco mais ou pouco menos, e ainda levemos em consideração que estamos herdando o problema do drama social da droga, que afeta, que corrói, que destrói as famílias, que destrói mais profundamente as Regiões Metropolitanas, que estão sendo hoje diariamente vitimadas, jovens sendo assassinados vítimas do tráfico, e outros nem tanto vítimas, mas levados como um cordão de pessoas que está sendo cooptado pelo mundo do crime hoje e que, infelizmente, estão pagando caro, pagando com a vida.

É evidente que não podemos, nesta Casa, nos silenciar. É importante e necessário que o Governo do Estado realmente se articule de maneira efetiva com os Municípios da Região Metropolitana, através do PRONAF, que é um programa nacional de segurança com ação social, para que através de recursos federais, através de recursos do PRONACE, que temos aí R\$ 6,5 bilhões para serem investidos até 2012, possa o Paraná não apenas se habilitar ao PRONACE para comprar equipamentos, armamentos e viaturas, mas fazer uma ação articulada para que possa ajudar os Municípios que tem uma capacidade econômica pequena para enfrentar a questão social, da profissionalização, da recuperação de drogados, a questão principalmente de segurança, sendo que empresários estão diariamente sendo assaltados à luz do dia, a mão armada, isto em forma de arrastão, sendo que muitos deles nem sequer à Delegacia vão mais, porque estão desanimados, porque a Polícia sequer consegue investigar, sequer consegue dar um retorno.

Portanto, precisamos debater em profundidade este tema, chamar aqui o Secretário da Segurança, os órgãos responsáveis para que possamos cobrar uma ação efetiva na questão de Segurança da Região Metropolitana de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Quero apenas fazer duas considerações. A primeira é a respeito da votação que tivemos há pouco na CCJ, e eu falava como Líder do nosso partido, o Deputado Pérciles, que tivemos uma votação que até no momento carecia de alguns esclarecimentos que me parecem extremamente simples de serem feitos, esclarecimentos que solicitamos durante a votação inclusive, em 30 minutos de debate que fizemos entre os Deputados que estavam lá, como os Deputados Carlos Simões e Deputado Duflio Genari. Nesses 30 minutos a Secretaria do Planejamento pode, informalmente, e agora o fará formalmente, nos informar quais eram as dotações que estavam sendo suprimidas ou transferidas, as obras detalhadas do anexo 7, quais são essas obras que estão sendo determinadas, estão sendo transferidas para possível compra - se for aprovada por este Plenário - de um terreno próximo ao que será, futuramente, o Centro Judiciário. A Deputada Rosane também estava na CCJ e acompanhou.

O que coloco da tribuna é que esse tipo de procedimento que poderíamos ter antecipadamente. Obviamente que não tivemos, por diversas razões, mas poderíamos ter de uma forma muito mais tranquila. Falei isso ao Deputado Reni Pereira, que me parece que houve um questionamento sobre os valores que estariam sendo transferidos - tanto os R\$ 20 milhões que são do Judiciário, como os R\$ 19 milhões 620 mil que são do Governo do Estado - que na verdade, em grande parte, se resume a emendas de Parlamentares. Ora, se são emendas de Parlamentares e se as emendas, na sua grande maioria, não são cumpridas, não há porque se fazer um grande carnaval, em cima disso e transformar aquilo que seria um pedido razoável, inclusive do Deputado Reni Pereira, em uma realização plausível para que pudéssemos ter um debate bastante racional dentro da CCJ,

Infelizmente isso não aconteceu, e eu fiz questão de perguntar ao Secretário, que é do nosso partido, por isso mesmo faço aqui uso da tribuna para dizer que ele assumiu pessoalmente conosco o compromisso de mandar a esta Casa, e isso já está sendo protocolado, inclusive hoje aqui no Palácio das Araucárias, quais são as emendas de Parlamentares que estão sendo remanejadas para que não tenhamos amanhã dúvidas se nesse valor que se

pretende estabelecer para a compra do terreno, um terreno que aliás está há bastante tempo *sub judice* em algumas das suas áreas, um terreno que tem pessoas que estão há mais de 30 anos, em alguns casos, ocupando, independente de serem de classe A, B ou C, o Governador hoje disse que essa seria uma ocupação cinco estrelas, e eu acho que se é uma ocupação cinco estrelas, é possível que seja sim, assim como é uma ocupação cinco estrelas de parte da rua D. Pedro II aqui em Curitiba, ali no Batel, onde uma quadra inteira praticamente, ou meia quadra, é ocupada pelos proprietários do Edifício Spring Field, que é um edifício de luxo em Curitiba e que nunca foi pedido pela Prefeitura reintegração da posse daquela área para que pudéssemos ver, talvez, não com a mesma violência, mas com o mesmo ímpeto, a força policial retirar de lá, como fez lá na Fazendinha, os Mercedes, as BMWs, talvez os carros de luxo que estão ali e as pessoas que moram. Talvez pudessem fazer isso. Até gostaria muito de saber se isso aconteceria.

Essa preocupação que eu trago aqui, porque quando eu vejo que estamos autorizando a compra, se esta Casa, volto a dizer, se esta Casa assim entender como correto, do terreno do INSS que tem diversas casas de um padrão razoável, e me parece inclusive de alguns edifícios, já ocupar essa área. Se vamos ter a área toda ocupada, e retornada daí ao Estado, e posteriormente transferida ao Judiciário, ou se nós teremos apenas a parte que não está ocupada, ou pior ainda, parte da área ocupada será indenizada. Porque se assim acontecer estaremos construindo aqui um grande engodo, porque por um lado estaremos transferindo recursos públicos, independente de serem do Judiciário, ou de serem do próprio Poder Executivo, para que tenhamos a compra de uma área ocupada, onde será construído um estacionamento e um parque, essa é a intenção, e acho que a intenção é louvável; mas que poderemos estar, por outro lado, propiciando, até talvez por estarmos votando de uma forma bastante açodada esse processo, poderemos estar permitindo que pessoas que não têm direito, mas que têm o documento, possam vir a requisitar indenizações do Estado para serem removidas de uma área que se diz pública, lembrando que não há usucapião em área pública.

Então, a preocupação que estou colocando aqui, pelo que eu vi na votação feita há pouco na CCJ, é que estávamos discutindo a constitucionalidade, até com poucas informações, e acho que não podemos ir para uma votação polêmica como essa sem termos todas as informações disponíveis e o tempo necessário.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Mas o que vem na sequência é mais preocupante, porque pode caracterizar uma votação que permitirá, ou a legitimação ou a desocupação de uma área ocupada irregularmente, com o pagamento de indenizações que serão

altíssimas, porque aquele ali é um espaço e uma área caríssima em Curitiba.

Estou fazendo um alerta, obviamente que não pensando que isso possa acontecer, porque seria um absurdo, mas eu já vi tantos absurdos que poderemos ter pessoas fazendo do que é para ser uma desapropriação um altíssimo negócio, e passando para o Estado um grande problema.

Então, Srs. Deputados, acho que talvez na semana que vem, ou mais tarde ainda, teremos a votação em plenário e espero ter todos os detalhes das emendas. Precisamos ter um cuidado jurídico muito grande para que não compremos uma área que esteja ocupada e que, posteriormente, o Estado acabe sendo condenado a fazer o pagamento de uma área que já era do Estado. Já vimos isso antes.

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Parabéns, Deputado Tadeu Veneri, pela inteligência com que V. Exa. analisa a questão.

Não sou advogado, mas sei que para uma desapropriação não amigável tem que fazer um depósito judicial, no mínimo pelo valor venal do imóvel. Começa por aí uma confusão. Terá que ser feita uma ampla negociação cordial. E aquela família que resolver bater o pé e dizer que daqui ninguém me tira?

Outra questão, é que o Líder do Governo teria dado entrevista e indagado de onde sairá o dinheiro, esse 40 milhões, para fazer um estacionamento. Ele falou que será com o cancelamento de emendas que votamos aqui para incluir no orçamento deste ano.

Daí fica a dúvida: será que tem alguma emenda que foi aprovada por esta Casa que é ilegal, que não tem importância? Pelo que sei, essas emendas são para ajudar asilos, creches, hospitais, Santas Casas. Essa é a grande indagação que faço.

Muito obrigado.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Esse é o início do debate, é positivo e deve ser feito. Como ontem V. Exa. fez algumas indagações ao nosso processo de recebimento de verbas que são compensatórias. Temos que fazer debates daqui e de fora, publicamente.

Nós iremos saber o que está sendo anulado e o que será mantido. Não há problemas em se fazer anulação das emendas, até porque precisamos saber quais são as emendas, se o objetivo for para trazer melhoria à população.

Volto a perguntar se de fato estamos autorizando o Estado a comprar uma área do INSS, que há 50 anos tem tido litígio, ou estamos entrando num processo que pode ter situação semelhante a da Fazendinha. Sabemos que é uma área que até hoje está sendo discutida. Ou seja, ao invés de resolver, estamos criando mais um problema.

Antes de votarmos faço aqui um apelo, para que tivéssemos todos os detalhes, porque senão é quase um vôlei cego e, é claro, ninguém vai querer fazer isso.

Deputado Reinhold Stephanes, com todo respeito ao que tem dito, que temos e o senhor tem, eu falo que V. Exa. tem a mesma posição que eu com relação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que são pessoas extremamente empobrecidas, são pessoas que têm ocupado áreas, sim, muitas vezes de forma não pacífica, como não há nenhuma desocupação pacífica. Agora, vir falar que o que nós temos quando o Governo Federal faz repasse de recursos para as entidades, sejam entidades que prestam assistência técnica, para colocar iluminação, seja para colocar escola, seja a escola itinerante do campo, que é feita inclusive pelo Governo do Estado aqui, que era feita pelo Rio Grande do Sul e hoje não é mais, é dar proteção para aqueles que mais precisam do Estado.

Quando se fala isso, se esquece que temos, no Estado do Paraná, grandes áreas de terra que são questionadas, porque foram tomadas “na base do grilo”, ou seja, foram tomadas de forma irregular. Não estou nem falando do Pará, do Mato Grosso, de Alagoas, que são os Estados normalmente citados. Estou falando do Paraná, de São Paulo, da área de Pontal. Quem conhece o Pontal do Paranapanema sabe que toda área era do Estado de São Paulo, para ser transformada numa grande reserva e que foi tomada, pouco a pouco, por fazendeiros e que, hoje, está sendo retomada pela maioria da população, mas é uma área pública tomada por fazendeiros, a área dos arrozeiros em Roraima, que foi totalmente tomada de forma irregular e que, hoje, o Estado está fazendo esse debate.

Não podemos partir do pressuposto que tem apenas um lado nessa história. Sabemos que não há apenas um lado, que nem sempre o lado que estamos falando está correto, sabemos que há erros. Agora, não posso silenciar quando vejo alguém vir aqui e dizer que não, que esses que entram, que vão, esquecendo que boa parte deste País, 50% dele está nas mãos de menos de 1% dos proprietários.

Se tivéssemos, de fato, uma reforma agrária, feita por qualquer Governo - este ou outro que venha, ou os anteriores que vieram - não teríamos conflito no campo, como não temos na Bélgica, na França, na Holanda, nos Estados Unidos.

Ora, são Países que chegaram já, minimamente, a um padrão de civilização que não permite que um proprietário tenha 50, 60, 70 mil alqueires de terra, todas elas endividadas, todas elas ofertadas, inclusive, e todas elas tomadas “na base do grilo”, ou seja, na base da pistola-gem, tomadas de forma irregular, sem que as pessoas tivessem consciência que aquelas terras tinham...

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Quero concluir dizendo, Sra. Presidente, que estaremos aqui sempre tendo uma posição clara com relação a determinados setores e a determinados segmentos.

Não achamos que haja ingenuidade, não achamos que haja pureza, não fazemos o debate na base de sofisma, mas acho que há sempre dois lados nessa história. Não tenho dúvidas, Deputado Péricles, que estaremos sempre do lado daqueles que precisam e que têm necessidade da terra para viver nela, para fazer dela sua morada. Por isso, estamos do lado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, naquilo que entendemos ser correto, e vamos defendê-los todas as vezes que entendemos ser necessário.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito, por ordem de inscrição, com a palavra o Sr. Deputado Durval Amaral.

Deputado Durval Amaral (DEM)

O SR. DURVAL AMARAL

Sra. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, tivemos na Comissão de Constituição e Justiça mais um assunto. Mais um, porque todos os assuntos, ou a grande maioria dos assuntos, são bastante polêmicos. Este despertou muita discussão no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, porque trata da suplementação orçamentária para aquisição de terrenos destinados efetivamente à instalação de estacionamentos ou, enfim, de infraestrutura para o Centro Judiciário. Dezenove do Governo do Estado, 20 milhões do Poder Judiciário. O mérito será discutido amplamente, não só na Comissão de Orçamento, para onde segue esse projeto, mas sobretudo no plenário da Assembleia Legislativa.

Entretanto, o nobre Deputado Reni, por quem tenho o maior apreço, respeito e admiração, grande colega, mais do que colega, um amigo, e outros colegas mais levantarão várias questões de ordem sobre a maneira que a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça conduziu a discussão dessa matéria. Foram levantadas duas ou três questões de ordem e, de pronto, como sempre faço, as respondi. Mas respondi as questões de ordem amparado no Regimento Interno. Subsidiariamente o Regimento Interno há uma previsão expressa que o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça deve responder todas as questões levantadas, todas as questões de ordem. E eu fiz, faço isso, como sempre, com bastante agilidade.

Quais foram as questões levantadas? O que diz o artigo 46, parágrafo 1º? *Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da Sessão Ordinária ou Extraordinária.* E efetivamente, não se trata até, eu sempre faço uma interpretação sistemática do Regimento Interno e do Direito, mas Ordem do Dia, todos sabemos que a Sessão Plenária, a Sessão Pública é subdividida em Pequeno Expediente, Grande Expediente, em Horário das

Lideranças. Isso tudo chamamos de Expediente. A Ordem do Dia começa quando tem início o processo de votação.

Eu não escrevi o Regimento, apenas interpreto o Regimento. Então, ao alegar o artigo 46, parágrafo 1º, restou claro que respondi à questão de ordem que não tínhamos o início da Ordem do Dia, portanto, a Sessão poderia continuar. Mas, por cautela fiz questão às 14h27 de alertar aos Srs. Deputados de que fui implacável no tempo regulamentar fixado, porque assim o Regimento faculta ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, fixando três minutos para cada orador. Às 13h27 eu disse que o Presidente da Assembleia Legislativa havia entrado em contato, e eu com ele, que ele retardaria um pouco o início da Sessão Plenária para que pudéssemos concluir uma discussão que já se arrastava desde a semana próxima passada e que o mérito tem que ser discutido em plenário, não é no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Então, inclusive, alertei dando total transparência a todos os Srs. Parlamentares.

A outra questão que foi levantada com relação ao artigo 78, que a Sessão Ordinária começa às 14h30, não havia o início da Sessão Ordinária. Então, era fundamental - até porque tínhamos apenas um último orador, que era o Deputado Douglas Fabrício - concluirmos aquele processo de discussão e votação, como assim o fizemos.

Fico extremamente tranquilo, porque tenho sempre, com muita cautela, conduzido a Comissão de Constituição e Justiça, e sempre que posso, de pronto, respondendo às questões de ordem. E todas as questões de ordem levantadas na Comissão de Constituição e Justiça foram por mim respondidas imediatamente.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Concedo um aparte, Deputado?

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Gostaria, Deputado Jocelito, mas estou no Pequeno Expediente.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Mas, o senhor já saiu do Pequeno Expediente, o senhor já está nos acréscimos concedidos pela nossa Mesa.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Então, 30 segundos.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Só queria lhe fazer uma pergunta: V. Exa. é um homem juridicamente correto, então, quer dizer que a Sessão, evidentemente, começa a partir da Ordem do Dia?

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Deputado Jocelito, a Mesa informa que V. Exa. está usando o horário do Pequeno Expediente e não cabe aparte.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Entendi o raciocínio do nobre Deputado Jocelito. Não foi isso que eu disse. Eu disse que efetivamente não pode ter uma Sessão simultânea de qualquer comissão, quando se tem o início da Ordem do Dia. Esse é o ponto crucial e é praxe.

Concluo para reafirmar que não houve nenhuma tendência, nem à Esquerda e nem à Direita, nem de Oposição e nem a favor do Governo, porque no mérito sempre vou acompanhar, aqui, a orientação do meu Líder da Oposição, a questão de como votar.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Questão de Ordem, Sra. Presidente?

(Assentimento)

Fazer a colocação de que tenho visto alguns privilégios durante o momento em que falam alguns Deputados. Cada um tem, de acordo com o Regimento, seus horários para falar. Noto que alguns Presidentes que se renovam na Mesa, que é algo tradicional desta Casa, para alguns Deputados, quando terminam o horário definido, é mais um minuto, e para outros continua. Perguntar para V. Exa.: qual é o critério que está se usando neste momento? É bom senso? Ou vai se cumprir o Regimento? Nunca estamos começando a Sessão às 14h30; sempre chegamos atrasados aqui. Todo dia tem Sessão atrasada. Antes de fazermos leis, primeiro, temos que cumprir o horário e o Regimento. Quem está em casa não sabe o que está acontecendo.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Procede a questão de ordem de V. Exa. Gostaria de informar que em reunião com a Mesa Executiva já foi colocado aqui, e em outras oportunidades também colocado a V. Exa., que o Presidente pode dar um minuto ou dois a mais. Isso depende. V. Exa. pediu um aparte e o Deputado Durval Amaral sabiamente respondeu a V. Exa.

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)**O SR. NEY LEPREVOST**

Sra. Presidente desta Sessão, Deputada Cida Borghetti, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna na tarde de hoje é a abordagem de alguns projetos, até certo ponto bastante polêmicos, que apresentei nos últimos dias nesta Casa e para os quais gostaria de pedir uma análise atenta dos nobres Parlamentares.

O primeiro desses projetos visa coibir o trote violento nas universidades do nosso Estado. Recentemente, a imprensa paranaense e a brasileira noticiaram casos de estudantes recém-aprovados no vestibular, que foram se apresentar para a sua primeira aula na faculdade e acabaram sendo vítimas de violência, como foi o caso de uma

estudante grávida, em Minas Gerais, contra a qual jogaram um determinado líquido, provocando queimaduras nela.

Apresentei um projeto de lei que irá chegar nos próximos dias às Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa. Esse projeto tem como intuito exatamente inibir o trote violento, fazendo com que o veterano que praticar o trote violento contra os calouros, fique proibido de realizar estágio em órgãos públicos e de participar de concursos públicos nos dois primeiros anos após a sua formatura, evidentemente, sem que isso prejudique as sanções penais já estabelecidas pela legislação brasileira.

Por que criamos aqui sanções administrativas? Exatamente porque nós, Deputados, não temos o poder legal e constitucional de arbitrar e de estabelecer nenhum tipo de penalidade no âmbito da pessoa física, pois isso cabe aos Deputados Federais e Senadores. A nossa penalidade é a administrativa, Essa que podemos elaborar aqui e por isso essa proposta.

Uma outra proposta, em relação à qual gostaria de pedir muita atenção dos nobres Parlamentares, e que é também um projeto de lei de nossa autoria, já protocolado, é o que estabelece o cyber cafés e as lan houses, esses estabelecimentos onde as pessoas pagam para fazer uso da internet, passem a ter em todo o espaço utilizado pelo público o monitoramento por câmeras. E passem também a fazer um cadastro das pessoas que utilizam os seus computadores, com o RG, CPF, endereço da pessoa que está utilizando o computador, porque há uma constatação da Polícia Civil de que muitos criminosos, inclusive pedófilos, estão se utilizando dos cyber cafés para prática de seus crimes contra crianças, contra adolescentes, já que é mais difícil da identificação da pessoa que pratica um crime virtual através do computador da lan house ou cyber cafés. Isso sem contar a possibilidade de inúmeros crimes contra a honra das pessoas, crimes de injúria, difamação, calúnia, para o qual muitas vezes até adversários políticos usufruem dessa extraordinária ferramenta que é a internet, mas de forma criminosa.

Então, precisamos de um rigor, de uma fiscalização maior nos cyber cafés. Tenho certeza que os empresários sérios do ramo não irão se opor a manter essas câmeras de vigilância e esse cadastramento, até porque isso significa uma segurança para eles mesmos e redundará em uma excelente ajuda para a Polícia na elucidação de crimes como a pornografia infantil, o tráfico internacional de drogas, de armas. Muitas vezes são crimes praticados através da rede de computadores.

Apenas para concluir, vou falar com mais calma sobre esse projeto no dia de amanhã, mas estou em fase final de elaboração de um projeto proibindo a abordagem hostil a motoristas nos sinaleiros e esquinas de todo o Paraná. Hoje, estamos vendo muitas pessoas sendo assaltadas quando, com boa vontade, abrem o vidro do seu carro para oferecer uma esmola a um suposto pedinte, e quando vão dar essa esmola, de repente, deparam-se com uma faca, um revólver, um estilete. Estamos acabando de

elaborar esse projeto, amanhã ele estará pronto e protocolarei aqui no plenário e aí sim, a partir de amanhã, começarei a discutir com os nobres Deputados esse assunto, que visa garantir a Segurança Pública, principalmente das pessoas que vivem nas grandes Cidades do Paraná.

Muito obrigado, Deputada Cida Borghetti.

Grande Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Passa-se ao horário do Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Ontem usei esse horário para fazer uma denúncia em relação às escolas públicas estaduais no Estado do Paraná. Eu disse ontem que na minha Cidade de Marechal Cândido Rondon e outros Municípios no Estado do Paraná, Deputado Ney Leprevost, as aulas da rede pública estadual iniciaram no dia 09 de fevereiro. Ontem nós denunciávamos aqui que algumas escolas da rede pública estadual não haveriam e não tinham recebido ainda o seu registro de classe, ou seja, o livro mais conhecido como livro de chamadas, onde o professor faz suas anotações, conteúdo e o seu diário.

Professor Lemos, V. Exa. que hoje é Deputado, foi Presidente da APP - Sindicato, tenho certeza que V. Exa. jamais pode compactuar, concordar com essa atitude da Secretaria da Educação em relação aos professores da rede pública estadual. O professor vai à sala de aula, não tem o seu registro de classe. Isso não é concebível. É inadmissível! O professor tem que fazer sua chamada, fazer as anotações, fazer o seu conteúdo, o seu diário, e depois transcrever tudo isso novamente, quando chegar.

Ora, o que acontece, no mínimo, o que a Secretaria tem que fazer, Deputado Professor Lemos, o Estado tem que colocar à disposição o espaço físico, as carteiras, os professores e o material didático para que o professor possa transmitir os seus conhecimentos para os alunos da rede pública estadual.

Mas, o mais grave ainda, Srs. Deputados, eu recebi no dia de hoje, uma outra denúncia, não sei, acho que porque a TV SINAL deve ter sua audiência, recebi hoje uma denúncia que diz que no Município de Itaperuçu, que é aqui da Região Metropolitana, tem uma escola rural em que as aulas não iniciaram ainda. Os alunos estão sendo transportados para a sede, porque os professores, me parece que não têm meio de locomoção.

Gostaria que o Líder do Governo pudesse trazer uma explicação para este Parlamentar e também para esta Casa, se isso é verdadeiro ou não, porque não é concebível! Estamos agora no mês de março, Srs. Deputados, e uma escolha pública estadual aqui da Região Metropoli-

tana, ou próximo a Curitiba, não tem suas aulas iniciadas ainda.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Permite um aparte, Deputado Elio Rusch?

(Assentimento)

Olha, Deputado Rusch, quero dizer que o seu pronunciamento é extremamente importante, até porque Educação deve ser encarada pelo Governo Federal, pelo Governo Estadual e pelos Governos Municipais como um tema prioritário.

É fundamental que o senhor traga este assunto à tribuna. Aliás, o senhor tem vindo aqui com assuntos sempre de alta relevância e eu quero dizer que tenho base eleitoral no Município de Itaperuçu. Infelizmente, mesmo com as inúmeras denúncias contra o atual Prefeito, ele foi reeleito pela população, democraticamente, mas é um Prefeito que chegou a ser preso há dois anos atrás, esteve detido, e hoje, infelizmente, o que constatamos é que Itaperuçu está muito mal administrada.

Gostaria, inclusive, de saber do senhor se essa escola a qual o senhor se refere é uma escola estadual ou municipal, porque estaremos ao seu lado cerrando fileiras para resolver este problema que vem afligindo a população de Itaperuçu, e vamos trazer aqui na tribuna da Assembleia outros temas desse importante Município da Região Metropolitana de Curitiba, Deputado Elio Rusch, porque Itaperuçu não pode ficar esquecida, é uma cidade aqui ao lado da Capital paranaense, mas é uma Cidade que infelizmente está tomada pela violência, pela criminalidade e inclusive pelo descaso de grande parte das autoridades.

Por isso, parabéns por trazer Itaperuçu em suas preocupações para a tribuna da Assembléia. E vamos juntos trabalhar em busca de melhorias para esse Município.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço, Deputado Ney Leprevost, e depois do meu pronunciamento vou falar com V. Exa. e vou declinar o nome dessa escola, que foi fornecido para o nosso gabinete. A escola que não teve o início das aulas nem no dia 9 e nem até hoje, não está funcionando ainda, não tem aula naquele estabelecimento. Gostaria de uma explicação por parte da Liderança do Governo se isso procede ou não.

E aí que pego uma carona no pronunciamento do eminente Deputado Antonio Belinati, quando ele usou a tribuna dizendo que os ônibus escolares estão parados no pátio do Palácio Iguaçu há duas semanas, três semanas, com toda certeza para fazer a onda. Depois vão pegar os ônibus, pegam os Deputados, pegam o sobrinho do Governador e vão inaugurar, vão entregar obras para o interior, que apenas é um dirigente partidário, que não tem cargo nenhum, não está nomeado, não é eleito para entregar em Cidades determinados equipamentos, como chegou ao meu conhecimento também, um caminhão do Corpo de Bombeiros numa Cidade do nosso Estado. É

lamentável quando se antecipa a disputa eleitoral do ano que vem.

Já disse aqui da tribuna, há sim a necessidade de uma reforma política e uma reforma eleitoral no nosso País. Não é possível continuar do jeito que está. A nível nacional o Presidente da República pega a tiracolo sua candidata e corre o Brasil de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Aqui no Paraná o Governo do Estado pega os seus pré-candidatos a Deputado Estadual e Federal, não os atuais Deputados, que até têm legitimidade de representar e levar as obras para os seus Municípios, mas para quem não exerce cargo, não exerce nada e que apenas é um dirigente partidário e que participa oficialmente na entrega, numa solenidade junto com os Deputados aqui da Assembleia de determinados Municípios. É contra isso que temos que lutar. Não é concebível isso. E os ônibus estão parados aqui. O que estão esperando? Será que essas crianças, esses alunos de Itaperuçu não estão sem aula por falta de transporte? E os ônibus estão fazendo o quê aqui no pátio? Divulgação? Publicidade? Para dizer: “Olha, o Governo vai entregar tantos mil ônibus”. E as crianças e os alunos que não têm aula, o que acontece com eles? E os nossos professores?

Por falar em professores, também gostaria de questionar de novo, não vi nenhum Parlamentar ainda, e olhe, meu amigo Deputado Professor lemos, V. Exa. foi Presidente da APP-Sindicato, quando é que V. Exa. vai fazer coro junto comigo? Vamos fazer coro, trazer de volta o piso estadual dos professores para que possamos votar, beneficiar os professores do Estado do Paraná. Vamos fazer isso. E daí ontem, com todo respeito que tenho, é meu amigo o Deputado Romanelli que está aqui dando entrevista, ouvi uma entrevista de V. Exa. numa das rádios quando falamos do salário-mínimo regional. O Governo do Estado está propondo 15% de aumento, a mensagem está aqui na Assembleia. O que falamos aqui da tribuna e na imprensa? Nós concordamos sim, não vamos votar contra, mas pedimos coerência por parte do Governo. Se o Governo quer e determina 15% de aumento para que a iniciativa privada, para que o paranaense pague 15% de aumento para os funcionários que não têm dissídio coletivo, que ele dê também os 15% para o quadro geral do Estado do Paraná, para os funcionários públicos. Não é justo, Srs. Deputados, não é justo o Governador Roberto Requião determinar 15% de aumento para o setor privado, e V. Exa. no passado, numa mensagem aqui para Casa concedeu 15% de aumento para o quadro geral. O que pedimos na entrevista, nos estávamos na imprensa, falamos o seguinte: que seja coerente nos seus atos, dê no mínimo 15% linear para todos os funcionários.

Porque falamos isso o Líder do Governo disse que estávamos fazendo demagogia. Ele disse que esses Deputados que deram oito anos de sustentação ao Governo Jaime Lerner, esses Deputados são especialistas em demagogia. Ora, especialista em demagogia são aqueles

que querem que você pague o aumento, mas você não consegue.

Fazer vento com o chapéu alheio fica muito fácil. Quando se fala naquelas pessoas que por oito anos deram sustentação ao Governo Jaime Lerner, Deputado Romanelli, V. Exa. esqueceu que o Deputado Cleiton Kielse, que é do PMDB, deu sustentação oito anos ao Jaime Lerner. O Deputado Stephanes Júnior foi Secretário do Governo Jaime Lerner, os Deputados Luiz Accorsi, Luiz Fernando Litro, Miltinho Pupio, Carlos Simões, Chico Noroeste, deram sustentação ao Jaime Lerner; Rafael Greca de Macedo, atual Secretário, deu sustentação a Jaime Lerner, era Ministro do Estado; Algaci Túlio deu sustentação ao Jaime Lerner; Rafael Iatauro não era Secretário, não era amigo, coordenador de visitar a casa, conselheiro político do Jaime Lerner, hoje Chefe da Casa Civil; o Deputado Nelson Justus, o nosso Presidente da Casa, foi Secretário do Jaime Lerner; Hermas Brandão, hoje Conselheiro, Presidente da Assembleia Legislativa, deu sustentação ao Jaime Lerner; o Deputado Nelson Garcia, Secretário do Governo Jaime Lerner, deu sustentação ao Jaime Lerner; Heinz Herwig, Conselheiro dinâmico, competente, hoje Conselheiro, Secretário do Jaime Lerner. Então todas essas pessoas, Deputado Romanelli, são especialistas em demagogia. Essas pessoas, V. Exa. tem que pensar antes de falar. Eu, como Líder da Oposição, não posso ficar calado. Aqui na Assembleia, devo dizer para a sociedade do Paraná o que está acontecendo. Quem é demagogo e quem não é, e quem é especialista e quem não é.

Se falarmos em demagogia, querer falar do Governo passado, querer culpar apenas o Deputado Elio Rusch, o Deputado Valdir Rossoni o ex-Líder e os Deputados que integram a Bancada da Oposição, hoje, olha, vamos olhar para o lado, vamos olhar para trás, e não precisamos olhar de muito tempo, é um passado muito recente. Aliás, é o presente que confirma aquilo que estou dizendo agora.

Então, venho aqui fazer defesa, sim, a todos os Deputados que eu citei que hoje são da base do Governo. Eu não considero os atuais Secretários de Estado demagogos, não. O Ministro da Agricultura, que eu fiz diversas defesas aqui na Assembleia, do PMDB, serviu também ao Governo Jaime Lerner. Eu nunca disse que ele era demagogo. Não, em absoluto! O que nós fizemos? Discutirmos aquilo que interessa ao Estado do Paraná. Tem que ser dito, eu espero, sim, coerência por parte do Governo do Estado. Coerência quando eu falo, que olha, não diga aquela frase: “Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço.” Daí fica muito fácil você fazer cortesia com o chapéu alheio. É isso que não podemos admitir.

Nós mandamos um pedido de informações para a COHAPAR pedindo: quantos terrenos foram doados e que obras não foram iniciadas? Recebemos a resposta. Sabem quantas áreas os Municípios doaram para a COHAPAR que não iniciaram as obras? Sabem quantos, Srs. Deputados e a imprensa do Paraná? Sabe quantas

áreas foram doadas? Trezentos e cinco áreas doadas para a COHAPAR. 162 Municípios doaram para a COHAPAR. As obras não iniciaram. Algumas iniciaram, eu fiz até algumas observações. Vejam Srs. Deputados, o que é isso? Onde é que nós estamos? Obras que iniciaram em 2007, 2006, com 5%, com 10% da sua obra executada. O que que é isso?

E o pedido de informações que nós fizemos veio pela metade. Nós perguntamos sobre essas obras que estão em andamento, se estão paralisadas, qual é o motivo? Não justificaram. Falaram que as obras estão iniciadas. E os Prefeitos que cederem as áreas? Esse dinheiro, esses 162 Municípios poderiam pegar esse dinheiro e aplicar na Saúde, na área social, na Educação, no investimento, nas estradas, nos seus Municípios. Não! Compraram a área e a área está parada. E qual é a perspectiva? Quando é que vão iniciar as obras? Não deram previsão nenhuma para iniciar essas obras.

Concluo: 305 áreas doadas para a COHAPAR. O que se faz com esse cidadão, a pessoa que espera um teto para morar? E se brinca com os Prefeitos! Talvez agora, pela proximidade das eleições, talvez agora sim se iniciem as obras: “Vamos liberar os recursos, porque o Governador vai ser o melhor candidato a Senador, Deputado, seja lá o que for”. Então, não podemos concordar com isto.

Desculpem os Srs. Deputados, até o meu desabafo, mas é necessário deixar isso registrado, para que a verdade prevaleça. E com toda certeza, esta questão da COHAPAR, as respostas ainda não respondidas, nós vamos reencaminhá-las para que elas possam vir a contento. Caso contrário, temos que buscar as respostas na Justiça do nosso Estado.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

Horário das Lideranças:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

No Horário das Lideranças, concedemos palavra ao Deputado Jocelito Canto, usando do horário do Bloco PTB/PR.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados.

Vou na linha do Deputado Elio Rusch, que fez um pronunciamento eufórico, eloquente no que se refere às questões políticas. Vou prosseguir nesta mesma linha. Como eu havia falado ontem, que tudo é questão política. Concordo com V. Exa. quando trata desta questão que envolve o momento político vivido por quem faz política. Realmente, é verdade.

Esta questão que envolve a eleição do Conselheiro Maurício Requião, eu quis fazer uma comparação com a eleição do Conselheiro Henrique. O Conselheiro Maurí-

cio, irmão do Governador Roberto Requião; o Conselheiro Henrique, cunhado do Governador Jaime Lerner. Basicamente, quase que o mesmo parentesco: um cunhado e outro irmão.

As coisas não são diferentes na hora de se escolher o Conselheiro do Tribunal de Contas. E eu fui buscar nos Anais desta Casa como aconteceu a eleição do Dr. Henrique. E a eleição foi parecida, igual, semelhante à eleição do atual Conselheiro Maurício Requião.

O Presidente, ontem, quando defendia o que a Assembleia tinha feito, falou de prazos, falou da questão do voto secreto e não falou da questão política, que é o principal motivo de toda a guerra, do nepotismo. O nepotismo não existe. No Paraná, se existia nepotismo para com o Maurício, existia para com a escolha do cunhado do ex-Governador Jaime Lerner. Então, o nepotismo caiu também. Se existiu nepotismo para o Maurício, existiu nepotismo para o Conselheiro Henrique, e houve uma pressão natural do Governo naquele momento, e dos Deputados que estão aqui, sendo que temos 20 Deputados presentes aqui que eram da eleição do Henrique, inclusive eu, no meu primeiro mandato, em 1995/1996. E exatamente tudo aconteceu como determina a lei. O Henrique foi levado à condição de Conselheiro do Tribunal de Contas, indicado pelos Deputados, 46 Deputados assinaram um documento indicando o Conselheiro Henrique. Isso porque havia um pedido. E de quem era o pedido? Do Governador. Vamos ser francos, vamos parar de demagogia aqui, de contar história para boi dormir, porque o cara que está em casa já sabe disso. Foi o Governador Jaime Lerner quem pediu para votarmos em seu cunhado. E ele cometeu algum crime? Não. No dia 16, 46 Deputados apresentaram requerimento indicando como Conselheiro o Dr. Henrique, no dia 17 o Henrique se inscreveu, no dia 23 foi nomeada a Comissão Especial para ouvi-lo, que no dia 25 o aprovou e no dia 6 tivemos a eleição, o decreto legislativo e foi publicado. Tudo de acordo com a lei, da mesma forma que aconteceu com o Conselheiro Maurício Requião.

Então, ouvi aqui em outro dia algumas pessoas fazendo festa: o Maurício Requião caiu. Ele caiu, porque hoje tem uma lei, e que o Presidente contestou ontem as leis aqui, os critérios da lei, mostrou que os prazos foram legais, que a questão do voto secreto tem uma definição do próprio STF que não precisa votar secreto, e do nepotismo já falamos que é uma questão política, porque os dois eram parentes do Governador e por fim prevalece a questão política. Claro, a questão é política! Porque o Conselheiro Hermas Brandão também foi eleito em voto aberto e ninguém contestou. Por quê? Porque o Hermas é o Hermas. É o Hermas Brandão. Agora, o que a Oposição queria contestar? Queria contestar o Maurício, que é o irmão do Governador, para fazer exatamente aquilo que nós vimos no Plenário aqui, aquela confusão danada.

Então, Srs. Deputados, a eleição de Presidente e de conselheiro é exatamente uma eleição em que há uma indicação, há uma referência e que é politicamente escolhido

pelos Deputados. Está na lei que os Deputados escolhem e sempre foi assim. Agora, o que temos que parar aqui é de achar que apenas um é o culpado. Todos foram eleitos politicamente por esta Casa, com exceção, se não me falha a memória, do Conselheiro Guimarães, e me parece que o Dr. Fernando foi uma questão mais técnica, mas também no final acabou prevalecendo a questão política.

Então, mostrar hoje aqui que inclusive o Marcos Formigheri, que foi candidato a Conselheiro naquele momento, chegou a entrar com recurso, que foi indeferido pela Comissão e ele dizia: “Além disso, o indicado é cunhado do Governador”. Está aqui nos anais da Casa, ele dizia que ele tinha o privilégio de ser cunhado do Governador. Pronto. Então, se a questão do nepotismo existiu agora, lá atrás também existiu.

E finalizando, o Deputado Elio Rusch, que fez o comunicado à Casa, que entrou com ação, ele está correto, porque é o papel da Oposição e nós temos que entender. A Oposição tem que fazer isso mesmo. Mas, o Deputado Elio Rusch, na época, fez parte da Comissão que indicou o Henrique - da Comissão Especial consta aqui o nome do Deputado Elio Rusch. Perfeito. Ele fazia parte do Governo na época, e claro, quem votaria contra um pedido do Governador Jaime Lerner? O Governador pediu e ele foi indicado. O Deputado Elio Rusch, com toda certeza, naquele momento, no Governo foi um dos que assinou embaixo da comissão que disse: “Ele está pronto para ser o Conselheiro”.

Pergunto aos senhores: foi bom Conselheiro o Henrique? Que eu saiba foi, cumpriu o seu trabalho, fez tudo o que devia, saiu agora, foi para casa, cumpriu a sua etapa e não deu polêmica nenhuma. Mas ele era cunhado o Governador Jaime Lerner. O Maurício Requião, retirado agora do Tribunal de Contas devido a uma questão judicial, que segundo o nosso Presidente, acho que ele tem razão, que foi mal interpretado, alguém induziu o STF. Tem muitos advogados brilhantes que fazem isso. E aconteceu tudo isso.

Só para deixar claro aqui às senhoras e aos senhores que estão assistindo em casa e a todos de que forma é eleito um Conselheiro. É uma indicação política. Antes o Lerner, agora é o outro lado. Isso é normal. Não adianta tentarmos tapar o sol com a peneira. A eleição de um membro do Poder do Tribunal de Contas é uma indicação política, e vamos parar de conversa fiada e parar de fazer discurso. O cunhado foi e ninguém fez nada, pelo contrário, apoiou. Agora, o outro que é irmão se tira, se faz festa quando ele sai, porque é uma questão política e que deve ser respeitada.

O Sr. Elton Welter (PT)

Pelas falas de ontem, de hoje e de V. Exa, acho que já chegou num entendimento da maioria absoluta nesta Casa. As três teses do nepotismo, a tese de que a Casa não cumpriu os prazos e a outra tese que o Judiciário sustentou, não prevalece, aliás, o Judiciário foi induzido ao erro na parte de que a Assembleia não cumpriu os prazos.

Portanto, tenho fé que como foi uma decisão política da Casa e que serve no mesmo caso do Conselheiro que V. Exa. se refere, que era cunhado do Governador Jaime Lerner, serve para a Casa. Também o voto aberto foi para o Conselheiro Hermas Brandão.

Veja a sustentação política!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para concluir, o que é que nós somos? Políticos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Horário das Lideranças: Bloco PSB/PRB/PV.

Com a palavra o Deputado Edson Praczyk.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Início a minha fala fazendo uma deferência ao final da fala do Deputado Edson Strapasson, que falou da sua particular preocupação com o crescente número de jovens que se envolvem com as drogas e da proliferação do tráfico em toda Região Metropolitana e muito especialmente na Cidade de qual ele é detentor de uma grande representatividade, que é o Município de Colombo.

Quero parabenizá-lo, Deputado, pelo vosso pronunciamento.

Na semana passada ocupei esta tribuna para falar da minha indignação com respeito ao movimento liderado por figuras políticas de renome, intelectuais, entre eles o ex-Presidente da República, que defendem a liberação da droga. Repudiei esse movimento, sou contra, continuarei sendo contra, e na ocasião da semana passada fiz um comparativo com as drogas lícitas que acabam destruindo lares, e acontece uma infinidade de desgraças no seio familiar. Falei do alcoolismo, que é a segunda doença que mais mata, falei do cigarro, do tabagismo, fiz um comentário inclusive desse modismo que me preocupa entre os jovens que é o uso narguilé, cometi até um equívoco, e aproveito o ensejo para retificar a minha fala, porque eu disse que vinte minutos do uso desse cachimbo de uso árabe, o narguilé, correspondem a cinco cigarros; não, eu me equivoquei, na verdade 20 minutos apenas correspondem a 20 maços de cigarro, ou seja, 100 cigarros.

Portanto, altamente prejudicial, uma vez que pelo próprio Ministério da Saúde é divulgado que não existem níveis seguros na utilização do tabaco de uma forma geral.

Então, ocupo essa tribuna nessa linha de raciocínio, para externar a minha preocupação ainda com a juventude, de uma outra prática, a utilização de fones de ouvido, que tornaram-se, por causa do avanço tecnoló-

gico, menores, mais compactos, porém extremamente prejudiciais à saúde auditiva. Tenho estudado a matéria, existem Parlamentares no Congresso Nacional que estão preocupados com esse tema, porque da forma que caminha a nossa sociedade teremos um futuro de jovens completamente deficientes auditivos, surdos, ou com a sua audição comprometida. Numa reportagem, também da Rede Record, se constatou, isso sendo falado pelos próprios professores, que eles notam que os alunos em sala de aula falam mais alto, e para se comunicar entre si parece que já apresentam dificuldade auditiva. Alguns reclamam até de zumbidos no ouvido, que é um dos primeiros sinais que caracterizam que a pessoa está danificando o seu aparelho auditivo.

O Governo Roberto Requião, por várias vezes, demonstrou estar preocupado com a saúde preventiva do povo paranaense, tanto que nesta Casa, durante bastante tempo, se debateu se deveria ou não incluir no percentual do orçamento destinado à saúde o saneamento básico. Porque segundo o Governador, saneamento básico é sinônimo de saúde preventiva, e eu também concordo.

Ora, então se o Governo, que atualmente está no poder, se preocupa com a saúde preventiva, que se inclua também uma preocupação dessa onda, desse modismo, que é o uso dos iPhones, MP3; porque senão teremos, num futuro muito próximo, que estar gastando com a recuperação, diga-se de passagem, impossível, porque a surdez é irreversível, dos nossos jovens.

Estudos indicam que o aparelho auditivo pode ser submetido a um ruído de 60 decibéis no máximo; quer dizer, é aconselhável que quanto menos melhor. Com a proliferação desses fones de ouvido, esses famigerados fones de ouvido, existem jovens que estão usando fones a 70 decibéis, a 80 decibéis, e pasmem, Deputados, existem jovens que já utilizam no volume máximo, dependendo do equipamento podendo chegar até 120 decibéis. O Deputado Jocelito Canto, que é profissional do rádio, que obviamente de ano em ano tem que se submeter ao exame auditivo, ele sabe o estrago que isso causa ao ouvido humano. Para que V. Exas. e o nosso telespectador tenham noção da gravidade, 120 decibéis é mais ou menos o som ou ruído emitido por uma turbina de avião. O estampido de uma arma chega, em média a 130 decibéis. Portanto, 120 decibéis é um pouco menos que o estampido de uma arma.

A minha sugestão é que haja um acordo entre a nossa Comissão de Saúde, presidida de forma esplêndida pelo Deputado Ney Leprevost, em conjunto com a nossa Comissão de Educação, presidida pelo deputado Péricles de Mello, para que faça um trabalho junto com as Secretarias da Saúde e da Educação para promover campanhas elucidando esse perigo aos jovens, principalmente nas faixas de 12 a 17 anos. Porque depois que o aparelho auditivo dos jovens paranaenses estiver comprometido, obviamente sobrá para o Governo arcar com o mecanismo de saúde para tentar amenizar esse prejuízo.

O que eu penso é que, alguns minutos antes das aulas, o professor poderia elucidar esse perigo e deixar os jovens, uma vez esclarecidos, pensativos de continuar com o uso exagerado ou não desses fones de ouvido.

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Parabéns! V. Exa. é um tremendo desmancha prazér! Quando V. Exa. aborda a poluição sonora, que é o barulho, filhinho de papai desocupado, vadio, que pega o carro com a caixa de som, não sei quantos decibéis tem, mas estoura o ouvido de quem está dormindo. Parece um serviço de som ambulante, principalmente nos finais de semana.

Quando eu brinco que V. Exa. é um desmancha prazer, porque assim como boy está quebrando a perna a alegria do ortopedista, essa menina com iPod no último volume também está fazendo a alegria dos otorrinolaringologistas. E se V. Exa. quiser que a menina abaixe o volume, vai estragar a fabricação dos aparelhos de audição.

É uma pena a ignorância desse pessoal de botar o volume tão alto, realmente não há ouvido que agüente.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Quero agradecer a todos e registrar aqui a minha sugestão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Horário das Lideranças, PSDB, PMDB, PDT.

(Declinam)

Bloco PPS/PMN. Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Presidente Augustinho Zucchi, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Deputados Dr. Batista e Deputado Elton Welter que estão na Mesa.

Uso o horário do PPS/PMN para falar sobre a saúde pública. Fiquei sabendo pela imprensa, hoje, que o Governador do Estado do Paraná não está cumprindo com aquele pagamento mensal com a Santa Casa de Campo Mourão. Quando cheguei aqui como Deputado, a Santa Casa corria o risco de ser fechada por falta de apoio do Governo do Estado. Dr. Batista, o senhor lembra bem, o senhor me ajudou, inclusive com outros Deputados, a cobrar.

Uma das primeiras discussões que tivemos, aqui na Assembleia foi sobre a questão da Saúde Pública, e, também, visitamos o Secretário da Saúde, conversamos, mas

só na conversa a coisa não andou. Na época, precisamos convidar vários Deputados daqui, a Comissão de Saúde, e fomos a Campo Mourão, fizemos uma Audiência Pública na Câmara de Vereadores, junto com os Vereadores de Campo Mourão. Naquela oportunidade, mostramos ao Paraná o problema que enfrentava a Santa Casa de Campo Mourão.

A Santa Casa é um hospital regional, atende toda região da nossa microrregião 12 da COMCAM. São 25 Municípios. Às vezes, até Municípios de fora da região enviam seus pacientes para serem atendidos na Santa Casa. Naquela oportunidade, conseguimos um compromisso do Governo do Estado de aumentar o valor do repasse mensal em dinheiro para a Santa Casa, para poder atender melhor às pessoas. Até então, na minha cabeça, vinha funcionando bem. Todo ano eu coloco emendas no orçamento do Estado, emendas coletivas. Agradeço aos Deputados aqui que, inclusive, nos ajudam com a assinatura aprovando no orçamento do Estado essa emenda coletiva para as Santas Casas. Este ano foram para as Santas Casas de Campo Mourão, de Goioerê e de Cambé nossas emendas. Um milhão de reais para cada uma.

Agora, nós fazemos a emenda, cobramos do Governo, aprovamos o orçamento, mas estou sabendo pela imprensa que um Vereador de Campo Mourão, que trabalha inclusive na Santa Casa, que é médico, coloca na imprensa que o Governador do Estado do Paraná não está cumprindo aquele pagamento mensal com a Santa Casa de Campo Mourão. Não sei se em outros Municípios ele está cumprindo, em outras Santas Casas. Eu já fui inclusive em Ponta Grossa, Deputado Jocelito Canto, fazer uma visita à Santa Casa, naquela época. Veja só, Ponta Grossa tem Santa Casa, tem outros hospitais que atendem toda região, e o Governo do Estado está construindo um hospital regional do Estado para atender tanto Ponta Grossa quanto os Municípios em volta.

Lá na minha região não tem um hospital regional do Estado, o que tem é a Santa Casa. Se o Governo do Estado não está cumprindo com o compromisso de pagar mensalmente, me parece que é R\$ 60 mil ou R\$ 100 mil por mês. Olha só, deixar a Santa Casa na mão. Não dá para imaginar que o Governo esteja fazendo isso. Não é possível. Não quero nem acreditar. Então, quero deixar aqui este nosso pronunciamento, para que os Deputados que fazem parte da base do Governo, que têm ligação direta com o Governador, às vezes até um telefonema dar um toque: “Governador, será que esqueceram de mandar o dinheiro para Campo Mourão? Porque eu não quero dizer que seja maldade, acredito que não, deve ser um esquecimento, não é possível. Só que quem precisa ser atendido não tem como ser esquecido. Então, esse é o nosso pedido: que o Governador atenda, que mande o dinheiro para a Santa Casa de Campo Mourão.

Também ouvi dizer pela imprensa que tem Prefeituras, Prefeitos da região que não estão pagando por mês

um valor que têm que pagar. Estou falando o que saiu na imprensa hoje em Campo Mourão e na região.

Então, quero acreditar que o Governo vai rever isso, os Prefeitos vão rever e vão passar a ajudar a Santa Casa, porque é muito fácil você deixar de ajudar quando você não está precisando de um atendimento, quando não é um parente seu, um amigo seu que está lá diretamente envolvido e precisando de um atendimento de saúde na Santa Casa. Aqui tem Deputados médicos e sabem muito claramente do que estou falando. E tem Deputados que não são médicos, mas fazem um trabalho social muito importante no atendimento à Saúde Pública.

Então, é esse o nosso pedido: que o Governador do Paraná passe, ou melhor, repasse o dinheiro que a Santa Casa está precisando, até porque aqui no orçamento do Estado nós aprovamos R\$ 3 milhões para repassar: 1 milhão para a Santa Casa de Campo Mourão: 1 milhão para a Santa Casa de Goioerê, para fazer compra de equipamentos, para fazer atendimento: e também 1 milhão para a Santa Casa de Cambé. Aliás, Cambé não faz parte da minha região, é um Município que nem política eu faço lá, mas estou aqui para defender todos os Municípios do Paraná, principalmente aqueles que precisam de Saúde Pública.

E, por fim, só para dar um recadinho final, tem um pessoal em Campo Mourão, entidades, várias entidades que estão reclamando, saiu no jornal, colocaram no jornal, pedindo mais ajuda do Governo no quesito Segurança Pública, melhorar a estrutura da Polícia, colocar mais viaturas para a Polícia poder circular nos bairros. O povo dos bairros está reclamando que a viatura não está indo, mas não é por falta de trabalho dos policiais, os policiais se esforçam muito, fazem, como diz o ditado popular, das tripas coração para poderem atender à população. Mas, o Governo precisa dar uma ajudinha maior para a Segurança Pública. Problemas que as entidades, várias entidades, são 18, fizeram um manifesto público e publicaram no jornal pedindo ajuda do Governo do Estado para melhorar a Segurança em Campo Mourão e também na região. Quero imaginar que seja só lá o problema da Segurança do Estado do Paraná. Só de ver a cabeça dos Deputados já vejo que tem outros Municípios do Paraná com muitos problemas na Segurança.

Então, são dois problemas sérios: Segurança Pública, manifesto, não é o Deputado Douglas que é da Oposição que está falando, não é só isso, não, eu falo sempre aqui, vocês sabem disso. Agora, são as entidades organizadas que se organizaram e realizaram um manifesto público dizendo que a Segurança precisa de mais investimentos na região, e a Santa Casa também. Aliás, esse Vereador que eu citei, o Dr. Saul, vou deixar registrado o nome porque está aqui na imprensa, só lembrar o partido dele: PMDB, o mesmo partido do Governador. Isso significa que o Governador não está atendendo nem o povo do PMDB.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Liderança da Oposição.

(Declina)

Liderança do Governo: com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu queria, nesta tarde, apenas para poder diminuir talvez a temperatura em relação aos pronunciamentos que eu aqui ouvi, Deputado Elio Rusch. Dizer a V. Exa. que em todos nós paranaenses, corre um sangue que é quente. Somos um povo que manifesta as suas opiniões. V. Exa. é descendente de alemães e é gaúcho. Sou do Norte, Paraná Paulista, de Londrina. Seja de onde for, o paranaense tem opinião, posição e somos críticos.

Aliás, há uma velha máxima paranaense que diz que somos autofágicos. Não conseguimos nos unir, muitas vezes, naquelas questões que são essenciais para o estado. Desde que perdemos algumas grandes lideranças, perdemos também a capacidade que tivemos de influir decisivamente na política nacional, por conta dessa autofagia.

Dizer, à luz de toda uma discussão havida na Comissão de Constituição e Justiça, desta tarde, em relação à aprovação do Projeto de Lei nº 039, que estabelece a autorização para que fazendo remanejamento de recursos orçamentários, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e o Poder Executivo - o Governo do Paraná - ficam autorizados pela Assembleia Legislativa a adquirirem a área de mais de oito alqueires, situada no bairro Juvevê, Cabral, da Cidade de Curitiba, que é o entorno do futuro Centro Judiciário de Curitiba. Hoje é a Prisão Provisória do Ahú, que vai se transformar indiscutivelmente em uma solução completa, para a prestação jurisdicional para o cidadão. Porque ali vai funcionar a Justiça de 1º grau, de 1ª instância. Vão funcionar ali os Juizados Especiais. As instalações serão amplas. Vamos ter acesso de transporte de massa e também para transporte individual. Aquela área toda que é objeto dessa discussão vai ser adquirida com recursos do Tribunal de Justiça - são R\$ 20 milhões. Os outros R\$ 19 milhões e 620 mil são recursos do Poder Executivo. Sendo que o Poder Executivo foi suscitada uma discussão.

Recebi nesta tarde ainda, do Secretário do Planejamento, do Deputado Enio Verri, exatamente a origem do cancelamento, de onde sai o dinheiro e qual o valor. Dos 19 milhões e 620 mil, a maior parte, R\$ 7 milhões, são recursos que estão destinados ao Centro Judiciário. O restante são 3 milhões de emendas legislativas para a Secretaria de Agricultura; 8 milhões e 827 mil de emendas legislativas para a Secretaria do trabalho; e 793 mil de emendas legislativas para a Chefia do Poder Executivo, SANEPAR. Por que digo isso e mostro que são emendas

legislativas? Por conta que sabem aqui nesta Casa que o Governo Requião tem uma política em relação a questão da emenda legislativa. Cada um dos Srs. Parlamentares faz aquilo que compreende como correto ao apresentar emenda legislativa. Mas o nosso Governo decidiu as suas políticas públicas, a partir do Plano Plurianual, o PPA. Define a aplicação dos recursos, através da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, e depois a LOA - Lei Orçamentária Anual.

Digo isso, porque nenhum real vai ser subtraído da Secretaria do Trabalho e nem da Secretaria da Agricultura, porque os que estão programados pelo Poder Executivo vão ser executados. Absolutamente tudo, 100% disso. Não se subtrai dinheiro de programas já existentes ou que são planejados para o exercício de 2009, pelo Poder Executivo. São as emendas que foram apresentadas e que nós sabemos. O Governo Requião não paga emendas. Muitas vezes apresentamos emendas até para dar uma satisfação aos Prefeitos, lideranças, mas sabemos, não paga emendas. Diria que se criou um tigre de papel em relação a esse tema, por conta de que são recursos, na verdade, que estamos tratando, tem o remanejamento, tem o dinheiro. Acho que o tema está relativamente esclarecido.

Em relação à questão do domínio da... Olha, eu até falei com veículos de comunicação por conta. Vou repetir aqui. O Celso Nascimento se posicionou contra a aquisição dessa área, muito provavelmente porque deve ser conhecido de alguém que tem uma daquelas ocupações irregulares, ou como preferem chamar, as invasões. Foram feitas invasões. Eu uso o termo ocupação. Pessoas ocuparam são famílias de classe média, média-alta ocuparam terra pública, do INSS. E essa terra é de domínio do INSS. Alguém achar que o Tribunal de Justiça, composto por Desembargadores da mais alta competência, pessoas altamente qualificadas, que estudaram a matéria e disseram: "Está tudo ok para a aquisição da área." Como também feita a análise pela Justiça Federal, inclusive com a AGU - Advocacia Geral da União, relacionado as 34 ações de reintegração de posse que tem. E até tem algumas ocupações que, sinceramente, são lícitas na minha avaliação.

Por exemplo, a APR, o novo hospital de reabilitação de Curitiba, é um dos ocupantes dessa área que o Estado está adquirindo. E mais uma área, que o valor de mercado dela é de R\$ 119 milhões nas avaliações do setor. A Caixa Econômica, por conta das circunstâncias, avaliou em R\$ 39 milhões e 600 mil. Não tem nenhum tipo de intermediário, não tem imobiliária ganhando dinheiro, não tem absolutamente nada. É uma relação entre entes públicos da União, através do INSS, e o Estado do Paraná, através do Poder Executivo. E será o Poder Executivo, porque o INSS exige que seja apenas um adquirente da área e não dois. Podia ser também o Tribunal de Justiça.

O fato concreto, quero dizer que o orçamento, para dar um exemplo, o Secretário Enio Verri me disse: "O

orçamento com esse cancelamento ainda é 69% maior que do exercício de 2008.”

Então quero dizer a V. Exas. que a União tem o domínio da área. As ações que foram movidas inclusive contra essa questão que envolvia o domínio, que é a propriedade, já foram perdidas e restaram transitadas em julgado. Ou seja, não dá nem mais para recorrer em nada. Já está esgotado nessa esfera. Registro de imóveis, legítimo como possuidor, o INSS.

Quero dizer que toda essa discussão, na verdade, na minha avaliação, se constrói um tigre de papel sobre um tema que é absolutamente importante, relevante. Comissão de alto nível que tratou do tema, especialmente do Tribunal de Justiça. E nós, certamente, teremos a oportunidade de aprovar aqui no Plenário desta Casa aquilo que já aprovamos hoje por ampla maioria na Comissão de Constituição e justiça demonstrando o apreço que esta Casa, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tem pelo Poder Judiciário do nosso Estado, porque ali, com a edificação do Centro Judiciário de Curitiba, vamos responder esse clamor das pessoas pela justiça e, especialmente, unificando todo o atendimento de 1º Grau, da 1ª Instância dos Tribunais, dos Juizados Especiais, das Varas de Família, tudo será centralizado naquela área e nós teremos, certamente, uma Cidade muito melhor, incorporando Sr. Presidente, uma parte daquela área, inclusive onde tem as nascentes, a um parque, ao patrimônio da Cidade de Curitiba que certamente - e quero só para concluir o raciocínio falar daquelas pessoas que manifestaram-se aqui, alguns Parlamentares manifestaram para mim uma preocupação. Mas e os moradores, aqueles 34, Deputado Reni, que hoje ocupam aquelas áreas?

Entendo, não posso falar em nome do Governo não sou porta voz do Governo neste assunto especificamente, mas Deputado Plauto, quero dizer o seguinte: claro que eu penso que é razoável, todos sabem que muitos ali estão há mais de uma dezena de anos. Por outro lado, todos sabem, o instituto do usucapião não é possível em uma área pública. Não cabe usucapião contra área pública, só cabe contra área privada. Só para entender assim o nosso Direito Civil. O que cabe em relação, se formos aplicar o princípio da igualdade em relação a área pública, cabe a concessão de uso, que é um moderno instrumento trazido pelo Estatuto das Cidades.

Ao mesmo tempo penso que será possível que num outro momento, definidas quais são as áreas que não são prioritárias e que não deverão, necessariamente, ser utilizadas, poderão, naturalmente, ser respeitadas. Entendo que haverá de se ter, necessariamente, um processo de negociação com aquelas famílias que são moradoras, e eles, obviamente, poderão adquirir essa área, tendo a preferência de compra. Poderá até ser feito, na minha avaliação, um projeto de lei neste sentido para resolver o tema.

Agora, penso que, não é para intranquilizar ninguém, acho que o estado e o Tribunal de Justiça estão atuando a favor do interesse público e, ao mesmo tempo,

esta Casa tem que fazer avançar esse projeto, que o Centro Judiciário de Curitiba é extremamente importante para Curitiba, para a Região Metropolitana e para o Paraná.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado pela atenção e a todos, Sras. e Srs. Parlamentares.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (Pela Ordem)

Gostaria de convidar todos os Deputados, embora já foram convidados, mas convidar todos os Deputados da Comissão de Agricultura para uma reunião, amanhã, às 13h30, na sala das comissões, onde estaremos ouvindo a Associação dos Suinocultores do Paraná. Eles querem expor à Comissão um pouco da situação que vive hoje a suinocultura.

O Deputado Ademir Bier já comentou sobre isto e quero reforçar aqui o convite a todos os Deputados que fazem parte da comissão e os que têm interesse em debater este assunto.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente. Está comunicado, então, o convite da Deputada Luciana Rafagnin.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 138/09, subscrito pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que trata de matéria atinente à recomposição salarial dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos, do Quadro Efetivo do Tribunal de Contas, prevista no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, solicitando o uso do plenarinho desta Casa para a realização da Audiência Pública sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos servidores estaduais da Saúde, no dia 24/03/09, às 9h. **À Comissão Executiva.**

Indicação nº 194/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, indicado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, que seja definida no Município de Mandaguari, junto à VIAPAR, a construção do desvio da BR-376, retirando a rodovia do centro da Cidade. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 195/09, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo ao e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, atenção especial à

necessidade de construção de uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Irati. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 196/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a reforma e adequação da ponte que liga o Distrito de Graciosa ao Distrito de Mandiocaba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 197/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado dos Transportes, a construção de trevo de acesso ao Distrito da Linha Santa Catarina, na PR-163, Município de Santa Lúcia. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 198/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, a celebração de convênio com vistas à construção de uma capela mortuária no município de Lindoeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Jocelito Canto, na qualidade de Líder do Bloco PTB/PR, constante do expediente, indicando o Deputado Chico Noroeste para compor a Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, na condição de suplente em substituição a sua pessoa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 828, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 09 do corrente mês, por motivo de saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 847/07, de autoria do Deputado Plauto Miró, que disciplina o atendimento na compra de produtos e prestação de serviços realizados através do telefone, o chamado telemarketing. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 847/07 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas prestadoras de serviços e de venda de produtos que operam através do telefone o chamado telemarketing bem como as que fazem pesquisa eleitoral via telefone, obedecerão às normas estabelecidas nesta lei para o atendimento ao cliente.

Art. 2º Os serviços referidos nesta lei deverão ser prestados com a devida agilidade, evitando-se a espera do cliente na linha e, no caso de necessitar de transferência para o outro setor, que ela seja uma única vez.

Art. 3º Os operadores de telemarketing deverão se identificar no ato do atendimento, pelo nome, sobrenome e matrícula que lhe identifique.

Parágrafo Único. O número de matrícula referido no *caput* deste artigo deverá ser fornecido e administrado pela empresa que fornece o serviço e/ou produto ao consumidor, ficando sob sua responsabilidade a veracidade da informação.

Art. 4º O contato telefônico a ser estabelecido com o consumidor, para os fins do disposto nesta lei, salvo expressa anuência deste, só poderá ser realizado no horário compreendido das 09h às 20h em dias de semana, e das 10h às 19h em finais de semana.

Art. 5º Quando o operador de telemarketing não puder dar resposta à informação ou serviço solicitado, anotará o número de telefone do consumidor, se esse assim concordar, e retornará com resposta 24 (vinte e quatro) horas subsequentes à chamada.

Art. 6º Os operadores de telemarketing deverão fornecer, a pedido do consumidor, endereço para o qual poderão ser encaminhadas correspondências solicitando informações, reclamações e cancelamento de serviços.

Parágrafo Único. O aviso de recebimento da correspondência - AR, devidamente assinado, é documento válido para qualquer reclamação posterior.

Art. 7º O desatendimento às disposições trazidas por esta lei sujeita a empresa infratora ao pagamento de:

I - 300 (trezentas) UFIRs, quando se trata de primeira infração;

II - 600 (seiscentas) UFIRs, se verificada a reincidência.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissões, em 10/03/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 012/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a loja simbólica Monte Moriah nº 80. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/09, de 04/02/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 037/09, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de utilidade pública o núcleo promocional pequeno anjo, do Município de Ponta Grossa. **Aprovado. (Publ. no DA nº 009/09, de 17/02/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 038/09, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública a Associação dos Universitários de São João do Triunfo, com sede e foro na comarca de São João do Triunfo. **Aprovado. (Publ. no DA nº 009/09, de 17/02/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 002/09, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de fevereiro de 2009. Resolução nº 003/04. **Aprovada. (Publ. no DA nº 014/09, de 09/03/09, em 1ª Discussão).**

2ª Discussão**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 507/08, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que denomina Prefeito Vendelino Royer o trecho da PR-495, compreendido entre os Municípios de Medianeira e Missal. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Moradores do Distrito de Jaracatiá, com sede no centro comunitário do Distrito de Jaracatiá e foro na cidade de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 046/09, de autoria da Deputado Luiz Carlos Martins, dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 11343 de 17/01/96 que declarou de utilidade pública a Associação Brasileira de Esclerose Múltipla - APAREM, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 795, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Acho que o comparativo é interessante. E na minha avaliação o Parlamentar vai comparar questões, algumas coisas diferentes. Mas entendo que certamente a Secretaria da Segurança fará a informação, fazendo constar o número de população abrangente, enfim as questões todas. Acho que o requerimento é pertinente e, de fato, a SESP tem que informar o Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 797, de autoria dos Deputados Antonio Belinati, Douglas Fabrício, Elio Rusch e demais Srs. Deputados constante do expediente de Sessão anterior. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Recebi hoje na Liderança do Governo a visita do Coronel Pancoti. Ontem passei a ele o pedido de informações que foi formulado pela Liderança da Oposição. E o Coronel David Pancoti tem um absoluto respeito por esta Casa e não tem nos faltado no processo de discussão sob os temas que envolvem trânsito. Ele nos trouxe os números em relação ao total de funcionários: estatutários, 861; cargos em comissão 351; cedidos de outros órgãos, 76; estagiários, 240; Prefeituras, 125; APR, 40. Total: 1 mil 693, além de que estão sendo chamadas 120 pessoas que passaram no concurso de 2005 e mais 11 agentes profissionais. Serão incorporados mais 132 novos funcionários. Não existe funcionários terceirizados no DETRAN hoje. Ao mesmo tempo ele me trouxe uma explicação que acho que vamos entrar no âmago do tema e queria passar a V. Exa. Ele faz um relatório que é muito interessante das alterações que houve na legislação federal. Então, acho que é muito interessante o que ele me traz aqui.

Por exemplo, sabemos o seguinte: a validade dos processos da primeira habilitação era de cinco anos. A partir do ano passado passou a valer por um ano, ao mesmo tempo o DETRAN fez uma ampliação na carga horária dos cursos obrigatórios para obtenção da Carteira Nacional de habilitação. O que eles fizeram? Fizeram com que, na verdade, que se inscrevesse até 31 de dezembro de 2008, pudesse fazer com a carga horária e com as exigências anteriores. Nós saímos com 27 mil atendimentos/mês, para 90 mil atendimentos/mês, aqui no DETRAN do Paraná.

O sistema de biometria pública. Duas Resoluções, a nº 287/08 especialmente, implementou esse sistema que

é complexo de ser implantado, e ao mesmo tempo é público, ou seja, envolve tanto a questão do Registro Civil, quanto a Carteira Nacional de Habilitação. Mudou-se 30 horas/aula do curso teórico, para 45. O curso de prática de direção veicular de 15 horas para 20 horas/aula.

Ao mesmo tempo, muito positivo, credenciamento de entidades públicas e privadas para exames de aptidão física e mental e avaliação psicológica. Hoje é das 8h às 14h, para atender; passa agora das 8h às 17h e também aos sábados.

Nós tivemos a Resolução n° 276/08, que obrigou todos os motoristas a fazerem o recadastramento. Os motoristas que não tinham carteira com foto de uma vez só. Veja a insensibilidade do nosso CONTRAN.

A questão da regularização. Em 2007 tivemos 4 milhões e 600 mil processos. Em 2008 passamos para 6 milhões de processos. Tínhamos em 2008 uma frota de 4 milhões 358 mil e 93 de veículos. Em 2007 expedimos 867 mil e 439 documentos expedidos de CNH. Em 2008, pasme, Deputado Elio Rusch, 1 milhão 63 mil e 762 a mais que em 2007.

Além do que tivemos um problema que tem gerado um problema sério no Brasil inteiro, em todos os DETRANs, que é o sistema de cadastramento da Carteira Nacional de Habilitação, através do SEPRO. Paralisaram-se as atividades de emissão de Carteiras de Habilitação no Brasil inteiro, gerando uma situação complexa em todo País.

Na verdade o que o Coronel Pancoti tem feito é um trabalho extremamente bom. Não tenho dúvida que ele é merecedor da nossa confiança.

Passo às mãos do nosso Deputado Elio Rusch essas respostas que certamente vão satisfazer naquilo que eu penso que é importante.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Diante da colocação do Deputado Romanelli, vou fazer a mesma coisa que fizemos em relação ao requerimento que apresentamos da COHAPAR e, também da COPEL. Sei que aqui tem algumas anotações feitas à caneta, gostaria que o Líder do Governo, tudo isso que ele falou, fosse escrito pelo Pancoti e que nos informasse, que nós retiramos o requerimento até receber essa resposta. Aqueles dados que V. Exa. tem transmitido para nós. Caso entendermos que não foram atendidos os requisitos que pedimos no requerimento, voltamos a apresentar o requerimento.

Gostaria que o Deputado Romanelli nos entregasse toda essa exposição por escrito, para que pudéssemos confrontar também com os dados que temos. Tem alguns dados que estão na internet, outros não estão, com relação aos funcionários e isso que V. Exa. falou. Mas eu vi que V. Exa. escreveu isso à caneta. Então, que viesse de forma oficiosa, através de uma forma oficial por parte do DETRAN, e caso não seja atendido, voltaremos a apresentar o pedido de informações.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. retira o pedido de informações?

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Retiro o pedido de informações, esperando ao menos o alerta que fizemos, que o DETRAN informe qual é o valor que repassou nos últimos cinco anos para o Governo do Estado. Gostaríamos que isso fosse informado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Retirado pelo autor.

Requerimento n° 847, de autoria do Deputado Douglas Fabrício constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 829, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, queria me associar à Desembargadora, que é uma pessoa extraordinária, que realizou um trabalho fantástico à frente da Vara de Família em Curitiba, pessoa merecedora do respeito de toda a sociedade paranaense. Ela demonstra ser uma mulher moderna, extremamente bem articulada, pessoa inteligente, preparada e que merecidamente torna-se Desembargadora junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que contribui muito com a lucidez, com a inteligência e capacidade de trabalho que ela tem com o Poder Judiciário.

Quero me associar ao requerimento da Deputada Cida Borghetti, por quem tenho a maior admiração.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação. **Aprovado.**

Requerimentos n° 849 e 850, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 805 e 825, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 827, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 831 e 844, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 856, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão marcando outra para quarta-feira, dia 11, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - da Proposição n° 014/09.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 507/08, 043 e 046/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 687/07 e 505/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Indicações Legislativas

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 841

Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Antônio Tortato, no município de Paranaity.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção da quadra coberta no Colégio Estadual Antônio Tortato, no município de Paranaity, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O município de Paranaity tem no Colégio Estadual Antônio Tortato referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega todas as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta nessa escola.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de que seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta no Colégio Estadual Antônio Tortato.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 842

Autoria: Deputado Nereu Moura

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior Lygia Pupatto a implantação de um sistema de bolsas de iniciação científica ou bolsas de extensão em instituições de ensino sem fins lucrativos voltadas a acadêmicos oriundos de classes menos favorecidas e que sempre estudaram em escolas públicas no estado do Paraná.

Sr. Governador, Srs. Secretários:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado e à Secretária de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior Lygia Pupatto a implantação de um sistema de bolsas de iniciação científica ou bolsas de extensão em instituições de ensino sem fins lucrativos voltadas a acadêmicos oriundos de classes menos favorecidas e que sempre estudaram em escolas públicas no estado do Paraná, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

1) Cenário

Na última década ocorreu uma expansão no número de Instituições de Ensino Superior, antes em termos de IES privadas e nos últimos anos de IES públicas, ainda assim, uma ingente maioria da população não tem acesso ao ensino superior, o qual é privilégio de uma minoria da população brasileira.

Nesse cenário, é mister considerar que, mesmo com o aumento das vagas nas IES públicas, estas não atendem todas as cidades do estado, além do que, os cidadãos menos privilegiados não tem condições de deslocar-se para os locais onde essas IES ofertam vagas. Outra situação é que muitas das IES citadas ofertam cursos em tempo integral, o que impossibilita que o acadêmico trabalhe para manter-se em suas demais necessidades.

Analisando as demandas econômicas e sócio-educativas, bem como os Índices de Desenvolvimento Humano de determinadas regiões do estado, é mister uma intervenção mais equânime do Governo, se fazendo presente no ensino superior também através de IES sem fins lucrativos, as quais são voltadas ao desenvolvimento humano, local e regional.

2) Alternativas

Uma das alternativas para isso seria a concessão, por parte do Governo, de bolsas de iniciação científica ou bolsas de extensão voltadas a acadêmicos oriundos de classes menos favorecidas e que sempre estudaram em escolas públicas, para que os mesmos possam estudar em cursos superiores de instituições de ensino sem fins lucrativos e com comprovada inserção em termos de ações comunitárias voltadas a promoção humana.

O financiamento do Governo do estado deveria ter como prioridade regiões de baixo desenvolvimento humano, podendo, a cada ano, se voltar a áreas específicas indicadas pelos baixos índices.

Na região de Palmas, por exemplo, os focos poderiam ser: Saúde, Educação, pequenas empresas, economia familiar, agricultura orgânica.

3) As Bolsas de Pesquisa/Extensão

A duração da bolsa poderá ser anual e contemplar uma carga horária semanal de trabalho em pesquisa ou extensão comunitária, de forma muito bem direcionada que os projetos provocassem mudanças sócio-econômicas, educacionais e culturas de envergadura nas comunidades de receptoras dos projetos.

4) As IES

O número de IES Comunitárias/Confessionais/Filantrópicas no Paraná segundo a Sinopse Estatística (senso da educação Superior de 2004, MEC/INEP) é 21 no total, das quais 10 estão localizadas na capital e 11 no interior do estado.

Isto posto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente indicação.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 843

Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Dr. Duílio Trevisani Beltrão, no município de Tamboara.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção da quadra coberta no Colégio Estadual Dr. Duílio Trevisani Beltrão, no município de Tamboara, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O município de Tamboara tem no Colégio Estadual Dr. Duílio Trevisani Beltrão referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega todas as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta nessa escola.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de que seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta no Colégio Estadual Dr. Duílio Trevisani Beltrão.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 844

Autoria: Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Solicita a construção de um hospital no bairro Jardim Alvorada, no município de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se à V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - A construção de um hospital no bairro Jardim Alvorada, no município de Maringá.

II - A construção de um hospital no município de Maringá virá atender as inúmeras e urgentes reivindicações dos moradores do bairro Jardim Alvorada e da população maringaense num todo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 845

Autoria: Deputada Cida Borghetti

SÚMULA:

Sugere ao Governador e ao Secretário de Estado da Saúde o término da obra de construção do Hospital Universitário de Maringá.

Sr. Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde, sugerindo aos mesmos o término da obra de construção do Hospital Universitário de Maringá.

O Hospital Universitário de Maringá foi inaugurado em 28/10/88 e iniciou atividades em 20/01/89 e até a presente data não foi completada a obra de construção daquela instituição.

Conta atualmente com 120 leitos, apesar do planejamento inicial para 300 leitos. São constantes as interpeções da sociedade em razão da falta de leitos no referido hospital.

A situação se agrava pois a 15ª Regional carece de aparelhamento e atendimento inicial em muitos postos de saúde, obrigando a população a procurar o HU. Essa situação já foi colocada à Secretaria de Saúde através da Indicação nº 223/07, desta assembléia Legislativa, cuja cópia segue anexa.

O Ofício 136/08 do HU de Maringá expõe com propriedade a situação da instituição e a necessidade de finalizar a construção do hospital, razão pela qual reivindicamos a atenção do Governo do Estado e da Secretaria de Estado da Saúde.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 846

Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de escola de 5ª à 8ª série no município de Nova Londrina.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a construção de uma escola de 5ª à 8ª série no bairro Quatro Conjuntos, no município de Nova Londrina, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Após a transferência da unidade educacional do estado situada no bairro Quatro Conjuntos, em Nova Londrina, para a Escola Vale do Tigre, no centro dessa cidade, dois problemas graves resultaram: 1) não há salas suficientes na Escola Vale do Tigre para acolher o aumento de alunos que decorreu do fechamento e transferência de alunos oriundos da unidade do Quatro Conjuntos, e 2) nesse bairro distante do centro da cidade e populoso, habitado por população carente, mães e pais que trabalham fora e não têm condições de acompanhar o deslocamento dos filhos até o centro, tampouco de custear transporte para eles, ficaram desamparados pelo poder público.

Certos de contar com o apoio indispensável do Governo do Estado do Paraná, apresenta-se a presente indicação, a fim de que seja reativada, reformada ou construída - conforme a necessidade -, a unidade educacional dos Quatro Conjuntos, no município de Nova Londrina, solicitação que, se atendida, constituirá verdadeira medida de justiça social.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 847

Autoria: Deputado Stephanes Júnior

SÚMULA:

Propõe realização de readequação da estrada em Santa Maria do Oeste.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A realização de readequação da estrada em Santa Maria do Oeste, que está localizada na estrada Picadão dos Gomes no Povoado do rio da Prata.

2 - A solicitação justifica-se para a melhoria da estrada que atende muitos agricultores do município e para melhor escoamento da safra agrícola.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 848

Autoria: Deputado Luiz Accorsi

SÚMULA:

Propõe a implantação de Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança na cidade de Santa Isabel do Ivaí.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado e aos Secretários da Saúde e do Desenvolvimento Urbano:

O Deputado Luiz Accorsi no uso de suas atribuições regimentais, após receber apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e aos Secretários de Estado da Saúde e do Desenvolvimento Urbano, a implantação do Programa Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança na cidade de Santa Isabel do Ivaí.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Cumpramos parabenizar o Governo do Estado pela instituição dessa política de saúde direcionada exclusivamente à mulher e à criança, na busca da diminuição dos índices de mortalidade materno-infantil.

O município de Santa Isabel do Ivaí abriga uma população de aproximadamente 10 mil habitantes, dos quais praticamente 60% se constitui de mulheres e crianças. Toda essa gente é atendida por um único hospital e uma unidade sanitária, insuficientes para a prestação da devida assistência para esses clientes.

Daí, a nossa sugestão ao Governo do Estado, para que, através das Secretarias da Saúde e do Desenvolvimento Urbano proceda a instalação de uma unidade do Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança, na cidade de Santa Isabel do Ivaí.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 849

Autoria: Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a ampliação do Hospital Universitário de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar:

I - a ampliação do Hospital Universitário de Maringá.

II - a apresentação, da presente indicação, objetiva atender inúmeras solicitações da comunidade de Maringá, que há muito reivindica a ampliação do hospital. Vale salientar que o projeto da ampliação já foi aprovado pelos órgãos competentes do Governo do Estado

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 850

Autoria: Deputado Geraldo Cartário

SÚMULA:

Sugere ao Governador do Estado, Roberto Requião, para estabelecer princípios para a proibição do corte de energia elétrica em imóveis residenciais habitados.

O Deputado que a presente subscreve, usando das atribuições regimentais, sugere ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, para encaminhar um projeto de lei para estabelecer princípios para a proibição do corte de energia elétrica em imóveis residenciais habitados, diante das seguintes disposições:

Art. 1º Estabelece princípios para a proibição do corte de energia elétrica em imóveis residenciais habitados referentes aos atrasos no pagamento das faturas da energia elétrica consumida no âmbito do território estadual, visando a garantia constitucional da fundamentação da cidadania, dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa prescritos no artigo 1º da Constituição Federal.

Art. 2º Para fins desta lei, entende-se por imóveis residenciais quaisquer imóveis que se situem dentro do território estadual, desde que se destine exclusivamente para fins de moradia e habitação humana e que não sejam geradores de receitas comerciais ou possuam características comerciais ou industriais.

Parágrafo Único. Ficam incluídos entre os imóveis definidos no *caput* deste artigo, os prédios residenciais que possuam no pavimento térreo espaços comerciais.

Art. 3º Ficam estabelecidos os seguintes princípios no tocante a proibição do desligamento de energia elétrica.

I - O consumo de energia elétrica será sempre comparado com a média dos últimos 06 (seis) meses considerando-se a sazonalidade do consumo.

II - As empresas fornecedoras dos serviços de energia elétrica possuirão cadastro completo de cada consumidor (por imóvel) com a finalidade de incluí-los no cadastro de maus pagadores quando o atraso for superior

a 60 (sessenta) dias do primeiro vencimento da fatura de energia elétrica.

III - As empresas de energia elétrica deverão posuir controles de sigilo completo a respeito dos consumidores inadimplentes, exceto ao serviço de proteção ao crédito.

IV - As empresas de energia elétrica deverão enviar mensalmente faturas de cobrança aos consumidores inadimplentes mesmo que se refira à mesma fatura anteriormente enviada.

Art. 4º As taxas de iluminação pública serão excluídas da conta de energia elétrica e repassadas à responsabilidade da Administração Pública através da Secretaria de Segurança Pública sobre a responsabilidade de pagamento à empresa fornecedora de energia elétrica e elaboração de convênios com a Administração Pública Municipal para a efetividade da manutenção e funcionamento da iluminação pública.

Art. 5º Os cortes de energia elétrica somente poderão ser executados sob a ordem dos específicos consumidores e desde que as faturas do imóvel estejam devidamente quitadas.

Art. 6º Quando a média semestral do consumidor inadimplente superar em 10% a média do mesmo período do ano imediatamente anterior, a empresa de energia elétrica deverá notificá-lo para efetiva regularização ou verificação do motivo do aumento do consumo.

Art. 7º Os efetivos técnicos das empresas fornecedoras de energia elétrica deverão ser formados por funcionários de carreira contratados através de concurso público.

Art. 8º As empresas fornecedoras de energia elétrica no estado do Paraná ficam obrigadas a se adequarem ao disposto na presente lei, e às normas aplicáveis no prazo de 3 (três) meses, a contar da data de sua publicação.

Art. 9º A presente legislação terá publicidade à ANEEL que definirá formas de punição às empresas que não cumprirem os artigos desta lei.

Art. 10. A Secretaria de Segurança Pública será a responsável pelos repasses das despesas com a iluminação pública aos municípios.

Art. 11. Todos os municípios do estado do Paraná, para fins de cumprimento da presente lei, deverão orçar os valores despendidos nos últimos 24 (vinte e quatro) meses com a iluminação pública para previsões futuras.

Art. 12. Esta lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 13. O Poder Público, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação da presente lei, deverá adotar as medidas necessárias para adequar e capacitar de forma técnica, administrativa e financeira a Companhia Paranaense de Energia - COPEL - no atendimento das finalidades previstas na presente lei.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Tal indicação se faz tendo em vista as seguintes considerações:

1 - Considerando que a energia elétrica é um bem volátil que quando não utilizada é perdida no ambiente.

2 - Considerando que não existem condições tecnológicas de armazenamento da energia elétrica não consumida.

3 - Considerando a transformação dos serviços de ligamento e desligamento de energia elétrica num fator de punição e desmoralização aos consumidores.

4 - Considerando que os serviços de ligamento e desligamento de energia elétrica tornou-se motivo de aumento de receita ao poder público sem a respectiva contra partida que motive um retorno à população.

5 - Considerando a condição financeira da população das regiões metropolitanas do estado do Paraná.

6 - Considerando a escassez da mão-de-obra e o grande desemprego nas regiões.

7 - Considerando que diversos consumidores não provisionam os pagamentos de energia elétrica e utilizam esses recursos para compras em crediário.

8 - Considerando que o crédito é um dos únicos bens que muitos consumidores possuem.

9 - Considerando que muitos pais de família desempregados possuem filhos pequenos e necessitam da guarda de seus alimentos em refrigeradores.

10 - Considerando que muitos idosos e diabéticos necessitam guardar medicamentos e insulina em refrigeradores.

11 - Considerando o alto custo dos alimentos perecíveis.

12 - Considerando que a principal existência da iluminação pública é para a segurança da população.

13 - Considerando os direitos individuais e coletivos previstos no artigo 5º da Constituição Federal e o dever do estado em oferecer a segurança à população conforme artigo nº 144 da Constituição Federal.

14 - Considerando que as Prefeituras Municipais devem ser reembolsadas pelas despesas com a manutenção da iluminação pública.

15 - Considerando que toda a legislação nacional determina que a segurança é responsabilidade do Governo.

16 - Considerando que a população não é a responsável pela iluminação pública, uma vez que trata-se de Segurança Pública.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 851

Autoria: Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação a construção da cobertura da quadra poliesportiva da Escola Estadual Princesa Izabel, no município de Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Exmo. Governador do Estado e à Secretaria da Educação, que determinem a construção da cobertura da quadra poliesportiva da Escola Estadual Princesa Izabel, no município de Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência à Exma. Sra. Claudete de Fátima Jacomini, do Núcleo Regional de Educação - Cianorte.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Esta escola possui 713 alunos, distribuídos em três turnos. Portanto, a cobertura da quadra poliesportiva trará inúmeros benefícios a estes alunos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 852

Autoria: Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação a construção da cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Primo Manfrinato, no município de Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Exmo. Governador do Estado e à Secretaria da Educação, que determinem a construção da cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Primo Manfrinato, no município de Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência à Exma. Sra. Claudete de Fátima Jacomini, do Núcleo Regional de Educação - Cianorte.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Este colégio possui 216 alunos, no ensino fundamental e médio distribuídos nos três turnos. Portanto, a

cobertura da quadra poliesportiva trará inúmeros benefícios a estes alunos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 853

Autoria: Deputada Cida Borghetti

SÚMULA:

Sugere ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania a urgente construção do presídio de Cruzeiro do Oeste, para atender a demanda da maior Vara de Execuções Penais do Paraná, compreendendo 115 municípios.

Sr. Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, Exmo. Sr. Desembargador Jair Ramos Braga, solicitando ao mesmo a urgente construção do presídio de Cruzeiro do Oeste, na região de Maringá, buscando atender a demanda da Vara de Execuções Penais daquela comarca, compreendendo 115 municípios.

Cabe salientar que VEP de Maringá é a maior do estado, compreendendo 37 comarcas, 115 cidades. Entretanto, o presídio é o menor. Em 2008 há 16.327 execuções na VEP menciona. Na ocasião da criação dessa VEP haviam 2mil e 996 execuções.

O Governo Federal já fez o depósito do valor de R\$10 milhões e 480 mil para a construção do presídio de Cruzeiro do Oeste, o contrato já foi prorrogado e necessita da apresentação do projeto, pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, com a aprovação da Caixa Econômica Federal.

Segundo comunicação da VEP de Maringá este segundo prazo já esta expirando, razão pela qual é urgente a intervenção do Governo do Estado.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 856

Autoria: Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação a construção da cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual José Guimarães, no município de Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Exmo. Governador do Estado e à Secretaria da Educação, que determinem a construção da cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual José Guimarães, no município de Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência à Exma. Sra. Claudete de Fátima Jacomini, do Núcleo Regional de Educação - Cianorte.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Este colégio possui 901 alunos, no ensino fundamental e médio distribuídos nos três turnos. Portanto, a cobertura da quadra poliesportiva trará inúmeros benefícios a estes alunos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 894

Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a implantação de Programa de Prevenção de Problemas de Má Oclusão e Ortodônticos no estado do Paraná, nos termos que especifica.

Senhor Governador, Senhor Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde que determinem a implantação de Programa de Prevenção de Problemas de Má Oclusão e Ortodônticos que ensina as crianças do Paraná a mastigar corretamente, pelos motivos que especifica na justificativa abaixo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28/10/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estudos odontológicos comprovaram que a correta mastigação é condição básica não só para uma boa digestão dos alimentos, mas, sobretudo, para o desenvolvimento saudável das arcadas dentárias e de todo o conjunto crânio-mandibular. Com efeito, está cientificamente demonstrado que a má oclusão (mordida errada) tem como uma de suas principais causas a mastigação incorreta, que deve ser submetida a tratamento de ortopedia funcional dos maxilares e ortodontia, dependendo de cada caso, do contrário, a pessoa que possui a má oclusão poderá sofrer disfunções crânio-mandibulares, como por exemplo, desenvolver dores de cabeça, dores da região do pescoço, desgastes precoces dos dentes, inclusive com perdas ósseas, podendo até ter como consequência severos zumbidos nos ouvidos e até problemas de audição, não esquecendo também dos problemas digestivos causados pela má mastigação.

O mais importante, contudo, é que essas descobertas científicas realçam que a má oclusão (exceto as congênitas e algumas hereditárias) pode ser prevenida. Esse fato, por si só, demonstra a importância do desenvolvimento de um programa de prevenção desses problemas por meio da educação de crianças e adultos para a correta

mastigação. Dessa forma, poder-se-á evitar a maioria das disfunções acima, assegurar o bom e correto desenvolvimento das arcadas dentárias, diminuir significativamente o número de adultos e crianças que necessitam de aparelhos ortodônticos e poupar gastos elevados que oneram tantas famílias de baixa e média renda.

Anexa-se à presente indicação cópia do Programa Mastigue Bem, desenvolvido pela Academia Brasileira de Fisiopatologia Crânio-orocervical - ABFCOC, programa esse de qualidade superior, desenvolvido especificamente para tratar da prevenção dos problemas ortodônticos e, portanto, pronto para ser acolhido e aplicado pela Secretaria de Saúde do Estado do Paraná.

Pelo exposto é que apresentamos a presente indicação, a qual, se acolhida pelas autoridades competentes, se constituirá em ferramenta eficiente para assistir a um grande contingente de crianças e adultos que sofrem com as dificuldades expostas.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 895
Autoria: Deputada Cida Borghetti

SÚMULA:

Sugere à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e ao DER a pavimentação asfáltica de trecho de 10 quilômetros da avenida Pioneira Maria Cavalcante Ruy, para o escoamento de trânsito de caminhões na PR-317, na saída de Maringá para Campo Mourão.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, bem como ao Diretor Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, sugerindo aos mesmos a inclusão em programação de pavimentação asfáltica de trecho de 10 quilômetros da avenida Pioneira Maria Cavalcante Ruy, na saída de Maringá para Campo Mourão (PR-317).

Cabe salientar que as empresas instaladas na região, em regime de condomínio, farão a pavimentação de uma das pistas da referida ligação, restando ao Governo do Estado a pavimentação somente de uma das pistas, conforme projeto anexo.

A obra em questão evitará o trânsito de veículos pesados na cidade, efetuando importante desvio para o escoamento de produção da região.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29/10/08.
(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 896
Autoria: Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Liberação de (01) uma ambulância para o município de Jussara.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Liberação de (01) uma ambulância para o município de Jussara.

II - Estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do município de Jussara, que há muito reivindica uma ambulância para o atendimento da população do município e da região

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29/10/08.
(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 897
Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de escola no município de Paranavaí.

Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a construção de uma escola no município de Paranavaí, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29/10/08.
(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Dr. Marins Alves de Camargo, no município de Paranavaí, funciona em dualidade com a escola municipal. Por funcionar em regime de dualidade, isto é, em estrutura única juntamente com a escola municipal, a infra-estrutura desse colégio tem operado com contingente de alunos acima de sua capacidade.

Desnecessário enumerar aqui as consequências que essa situação acarreta, especialmente no que diz respeito à possibilidade de ingresso de novos alunos.

Certos de poder contar com o apoio indispensável do Governo do Estado do Paraná e da Secretaria da Educação, apresenta-se a presente indicação, a fim de que seja construída no município de Paranavaí um novo prédio escolar que possa abrigar exclusivamente a escola municipal.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 898
Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de escola no município de Paranapoema.

Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a construção de uma escola no município de Paranapoema, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29/10/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Lisymaco Ferreira da Costa, no município de Paranapoema, funciona em dualidade com a escola municipal e é, portanto, a única escola em funcionamento naquela cidade. Por funcionar em regime de dualidade, isto é, em estrutura única juntamente com a escola municipal, a infra-estrutura desse colégio tem operado com contingente de alunos acima de sua capacidade. Além disso, há a agravante de que o terreno no qual está localizado pertence ao município, embora o prédio pertença ao estado do Paraná.

Em face disso, desnecessário enumerar aqui as consequências que essa situação acarreta, especialmente no que diz respeito à possibilidade de ingresso de novos alunos.

Certos de poder contar com o apoio indispensável do Governo do Estado do Paraná e da Secretaria da Educação, apresenta-se a presente indicação, a fim de que seja construída no município de Paranapoema um novo prédio escolar que possa abrigar exclusivamente a escola municipal ou estadual, conforme essa Secretaria entender melhor.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 899

Autoria: Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e ao Sr. Gilberto Berguio Martin, a implantação de uma Clínica da Mulher no município de Goioerê.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário da Saúde, a implantação de uma Clínica da Mulher no município de Goioerê.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Herley Kleber Dantas de Oliveira, da Câmara Municipal de Goioerê/PR.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29/10/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A implantação de uma Clínica da Mulher no município de Goioerê possibilitará atendimento mais ágil na área da Saúde, oferecendo serviços gratuitos de ginecolo-

gia e obstetrícia, ultra-sonografia, exames laboratoriais e outros, os quais possibilitarão agilidade no atendimento e diagnóstico, permitindo um tratamento mais eficaz.

Dessa forma o município obterá maiores resultados com o Programa de Saúde da Mulher, além de agilizar a realização de exames especializados, a clínica da mulher será um centro especializado para atender gestantes, mães e bebês recém nascidos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 900

Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de escola no distrito de Mandiocaba, município de Paranaíba.

Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a construção de uma escola no distrito de Mandiocaba, no município de Paranaíba, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual José de Anchieta, localizada no distrito de Mandiocaba, município de Paranaíba, funciona em dualidade com a escola distrital (municipal). É a única escola em funcionamento naquele distrito. Por funcionar em regime de dualidade, isto é, em estrutura única juntamente com a escola municipal, a infra-estrutura desse colégio tem operado com contingente de alunos acima de sua capacidade. Demais, há o agravante de que o terreno no qual está localizado pertence ao município de Paranaíba, embora o prédio pertença ao estado do Paraná.

Em face disso, desnecessário enumerar aqui as consequências que essa situação acarreta, especialmente no que diz respeito à possibilidade de ingresso de novos alunos.

Certos de poder contar com o apoio indispensável do Governo do Estado do Paraná e da Secretaria da Educação, apresenta-se a presente indicação, a fim de que seja construída no distrito de Mandiocaba um novo prédio escolar que possa abrigar exclusivamente a escola municipal ou estadual, conforme essa Secretaria entender melhor.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 901

Autoria: Deputado Stephanes Júnior

SÚMULA:

Propõe recape asfáltico na rodovia PR-559, trecho do trevo de Paraíso do Norte até Mirador.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A realização de recape asfáltico na rodovia PR-559, trechos do trevo de Paraíso do Norte até Mirador.

2 - A solicitação justifica-se para a melhoria da estrada que encontra em estado lastimável.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 902

Autoria: Deputada Cida Borghetti

SÚMULA:

Sugere ao Governador do Estado do Paraná, ao Secretário de Estado da Fazenda, bem como ao Presidente da COPEL, para que a COPEL utilize suas estruturas a fim de recadastrar os produtores rurais beneficiários de isenções tributárias ou que se reabra o prazo para a movimentação dos 350 mil proprietários rurais no Paraná.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, ao Secretário de Estado da Fazenda, bem como ao Presidente da COPEL, sugerindo aos mesmos a utilização das estruturas da COPEL para o recadastramento dos produtores rurais ou a reabertura dos prazos para esse fim, conforme argumentação da Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 903

Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a doação de ônibus escolar para o município de Amaporã.

Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a doação, por parte do estado do Paraná, de 02 (dois) ônibus escolares para o município de Amaporã.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Desnecessário ressaltar aqui a utilidade e a urgência de se equipar a rede pública municipal de um ônibus

escolar. Com efeito, as escolas de Amaporã atendem crianças e adultos não só desse município, mas de áreas da região de seu entorno. Em decorrência disso, situações extremas, em que crianças e adultos da zona rural têm de andar longas distâncias até a escola - fato comum na região - poderão ser remediadas e, assim, o estado e o município poderão oferecer melhor qualidade de vida e de estudo a todas essas pessoas.

Em face disso, solicitamos o auxílio do estado do Paraná, sempre de prontidão para atender aos pleitos justos, que auxilie o município de Amaporã por meio da doação de ônibus escolar.

Certos também de poder contar com a compreensão e apoio da Secretaria de Educação, apresentamos a presente indicação, que vem em apoio de nossos requerimentos de dotação específica para essa finalidade no orçamento do ano 2008, conforme emendas apresentadas em 2007.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 904

Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a doação de ônibus escolar para o município de Diamante do Norte.

Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a doação, por parte do estado do Paraná, de 02 (dois) ônibus escolares para o município de Diamante do Norte.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Desnecessário ressaltar aqui a utilidade e a urgência de se equipar a rede pública municipal de um ônibus escolar. Com efeito, as escolas de Diamante do Norte atendem crianças e adultos não só desse município, mas de áreas da região de seu entorno. Em decorrência disso, situações extremas, em que crianças e adultos da zona rural têm de andar longas distâncias até a escola - fato comum na região - poderão ser remediadas e, assim, o estado e o município poderão oferecer melhor qualidade de vida e de estudo a todas essas pessoas. Em face disso, solicitamos o auxílio do estado do Paraná, sempre de prontidão para atender aos pleitos justos, que auxilie o município de Diamante do Norte por meio da doação de ônibus escolar.

Certos também de poder contar com a compreensão e apoio da Secretaria de Educação, apresentamos a presente indicação, que vem em apoio de nossos requerimentos de dotação específica para essa finalidade no orçamento do ano 2008, conforme emendas apresentadas em 2007.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 905

Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de escola no município de Inajá.

Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a construção de uma escola no município de Inajá, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Padre Anchieta, no município de Inajá, funciona em dualidade com a escola municipal e é, portanto, a única escola em funcionamento naquela cidade. Por funcionar em regime de dualidade, isto é, em estrutura única juntamente com a escola municipal, a infra-estrutura desse colégio tem operado com contingente de alunos acima de sua capacidade.

Em face disso, desnecessário enumerar aqui as conseqüências que essa situação acarreta, especialmente no que diz respeito à possibilidade de ingresso de novos alunos.

Certos de poder contar com o apoio indispensável do Governo do Estado do Paraná e da Secretaria da Educação, apresenta-se a presente indicação, a fim de que seja construída no município de Inajá um novo prédio escolar que possa abrigar exclusivamente a escola municipal.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 906

Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de escola no distrito de Graciosa, no município de Paranavaí.

Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a construção de uma escola no distrito de Graciosa, no município de Paranavaí, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual José de Anchieta, localizada no distrito de Graciosa, município de Paranavaí, funciona em dualidade com a escola distrital (municipal). É a única

escola em funcionamento naquele distrito. Por funcionar em regime de dualidade, isto é, em estrutura única juntamente com a escola municipal, a infra-estrutura desse colégio tem operado com contingente de alunos acima de sua capacidade. Demais, há o agravante de que o terreno no qual está localizado pertence ao município de Paranavaí, embora o prédio pertença ao estado do Paraná.

Em face disso, desnecessário enumerar aqui as conseqüências que essa situação acarreta, especialmente no que diz respeito à possibilidade de ingresso de novos alunos.

Certos de poder contar com o apoio indispensável do Governo do Estado do Paraná e da Secretaria da Educação, apresenta-se a presente indicação, a fim de que seja construída no distrito de Graciosa um novo prédio escolar que possa abrigar exclusivamente a escola municipal ou estadual, conforme essa Secretaria entender melhor.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 907

Autoria: Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Dispõe sobre a entrega da Carteira Nacional de Habilitação pela ECT - Empresa de Correios e Telégrafos.

Ao Exmo. Sr. David Antonio Pancotti, Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR:

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Diretor, para reivindicar o seguinte:

1 - Solicitar ao Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, que disponibilize ao usuário a opção de poder escolher em receber a Carteira Nacional de Habilitação em seu endereço residencial ou comercial via correio.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se que a opção da escolha facilitaria ao usuário para receber a Carteira Nacional de Habilitação no endereço que melhor lhe for conveniente, pois a maioria das pessoas trabalham durante o período que o correio faz a entrega de correspondências, assim não tendo ninguém no domicílio para receber, o que gera sérios problemas para aqueles que não dispõem de tempo hábil para se deslocar à uma agência do correio para retirar o devido documento.

Com a opção de poder escolher o endereço, diminuiríamos custo e tempo, visto que a correspondência permanece em poder do carteiro até a terceira tentativa de entrega.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 908

Autoria: Deputado Stephanes Júnior

SÚMULA:

Propõe a implantação de linha de ônibus de Mirador até Paraíso do Norte.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A realização de implantação de uma linha de ônibus de Mirador até Paraíso do Norte.

2 - A solicitação justifica-se que no município não há nenhuma linha existente, o que causa transtorno à população. Tal linha poderá ser implantada, usando a mesmo que serve a Paranavaí.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 909

Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a doação de ônibus escolar para o município de Alto Paraná.

Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a doação, por parte do estado do Paraná, de 02 (dois) ônibus escolares para o município de Alto Paraná.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Desnecessário ressaltar aqui a utilidade e a urgência de se equipar a rede pública municipal de um ônibus escolar. Com efeito, as escolas de Alto Paraná atendem crianças e adultos não só desse município, mas de áreas da região de seu entorno. Em decorrência disso, situações extremas, em que crianças e adultos da zona rural têm de andar longas distâncias até a escola - fato comum na região - poderão ser remediadas e, assim, o estado e o município poderão oferecer melhor qualidade de vida e de estudo a todas essas pessoas. Em face disso, solicitamos o auxílio do estado do Paraná, sempre de prontidão para atender aos pleitos justos, que auxilie o município de Alto Paraná por meio da doação de ônibus escolar.

Certos também de poder contar com a compreensão e apoio da Secretaria de Educação, apresentamos a presente indicação, que vem em apoio de nossos requerimentos de dotação específica para essa finalidade no orçamento do ano 2008, conforme emendas apresentadas em 2007.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 910

Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a doação de ônibus escolar para o município de Cruzeiro do Sul.

Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a doação, por parte do estado do Paraná, de 02 (dois) ônibus escolares para o município de Cruzeiro do Sul.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Desnecessário ressaltar aqui a utilidade e a urgência de se equipar a rede pública municipal de um ônibus escolar. Com efeito, as escolas de Cruzeiro do Sul atendem crianças e adultos não só desse município, mas de áreas da região de seu entorno. Em decorrência disso, situações extremas, em que crianças e adultos da zona rural têm de andar longas distâncias até a escola - fato comum na região - poderão ser remediadas e, assim, o estado e o município poderão oferecer melhor qualidade de vida e de estudo a todas essas pessoas. Em face disso, solicitamos o auxílio do estado do Paraná, sempre de prontidão para atender aos pleitos justos, que auxilie o município de Cruzeiro do Sul por meio da doação de ônibus escolar.

Certos também de poder contar com a compreensão e apoio da Secretaria de Educação, apresentamos a presente indicação, que vem em apoio de nossos requerimentos de dotação específica para essa finalidade no orçamento do ano 2008, conforme emendas apresentadas em 2007.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 911

Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a doação de ônibus escolar para o município de Paranacity.

Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a doação, por parte do estado do Paraná, de 02 (dois) ônibus escolares para o município de Paranacity.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Desnecessário ressaltar aqui a utilidade e a urgência de se equipar a rede pública municipal de um ônibus escolar. Com efeito, as escolas de Paranacity atendem crianças e adultos não só desse município, mas de áreas da região de seu entorno. Em decorrência disso, situações extremas, em que crianças e adultos da zona rural têm de andar longas distâncias até a escola - fato comum na

região - poderão ser remediadas e, assim, o estado e o município poderão oferecer melhor qualidade de vida e de estudo a todas essas pessoas. Em face disso, solicitamos o auxílio do estado do Paraná, sempre de prontidão para atender aos pleitos justos, que auxilie o município de Paranacity por meio da doação de ônibus escolar.

Certos também de poder contar com a compreensão e apoio da Secretaria de Educação, apresentamos a presente indicação, que vem em apoio de nossos requerimentos de dotação específica para essa finalidade no orçamento do ano 2008, conforme emendas apresentadas em 2007.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 912

Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a doação de ônibus escolar para o município de Guairacá.

Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a doação, por parte do estado do Paraná, de 02 (dois) ônibus escolares para o município de Guairacá.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Desnecessário ressaltar aqui a utilidade e a urgência de se equipar a rede pública municipal de um ônibus escolar. Com efeito, as escolas de Guairacá atendem crianças e adultos não só desse município, mas de áreas da região de seu entorno. Em decorrência disso, situações extremas, em que crianças e adultos da zona rural têm de andar longas distâncias até a escola - fato comum na região - poderão ser remediadas e, assim, o estado e o município poderão oferecer melhor qualidade de vida e de estudo a todas essas pessoas. Em face disso, solicitamos o auxílio do estado do Paraná, sempre de prontidão para atender aos pleitos justos, que auxilie o município de Guairacá por meio da doação de ônibus escolar.

Certos também de poder contar com a compreensão e apoio da Secretaria de Educação, apresentamos a presente indicação, que vem em apoio de nossos requerimentos de dotação específica para essa finalidade no orçamento do ano 2008, conforme emendas apresentadas em 2007.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 913

Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a doação de ônibus escolar para o município de Paranavaí.

Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a doação, por parte do estado do Paraná, de 04 (quatro) ônibus escolares para o município de Paranavaí.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Desnecessário ressaltar aqui a utilidade e a urgência de se equipar a rede pública municipal de um ônibus escolar. Com efeito, as escolas de Paranavaí atendem crianças e adultos não só desse município, mas de áreas da região de seu entorno. Em decorrência disso, situações extremas, em que crianças e adultos da zona rural têm de andar longas distâncias até a escola - fato comum na região - poderão ser remediadas e, assim, o estado e o município poderão oferecer melhor qualidade de vida e de estudo a todas essas pessoas. Em face disso, solicitamos o auxílio do estado do Paraná, sempre de prontidão para atender aos pleitos justos, que auxilie o município de Paranavaí por meio da doação de ônibus escolar.

Certos também de poder contar com a compreensão e apoio da Secretaria de Educação, apresentamos a presente indicação, que vem em apoio de nossos requerimentos de dotação específica para essa finalidade no orçamento do ano 2008, conforme emendas apresentadas em 2007.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 914

Autoria: Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Bocaiúva do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e o Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde:

O Deputado Edson Strapasson dirige-se aos senhores, para reivindicar o seguinte:

Solicitar a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Bocaiúva do Sul.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária devido o município de Bocaiúva do Sul, não ter uma unidade especializada no atendimento à saúde da mulher e da criança e possuir um baixo Índice de Desenvolvimento Humano.

Por essa razão consideramos o pleito legítimo e justo para o credenciamento do município no Programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 915

Autoria: Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de uma Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Iguaraçu.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Iguaraçu.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva atender inúmeras solicitações da comunidade de Iguaraçu, que há muito reivindica a construção de uma Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 916

Autoria: Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a reforma do colégio municipal ensino fundamental 1ª a 4ª série, no município de Iguaraçu.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a reforma do colégio municipal ensino fundamental 1ª a 4ª série, município de Iguaraçu.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva atender inúmeras solicitações da comunidade de Iguaraçu, que há muito reivindica a reforma do colégio.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 955

Autoria: Deputado Péricles de Mello

SÚMULA:

Propõe construção de lombada no Km 1, da rodovia do papel (PR-160), entre os municípios de Imbaú e Telêmaco Borba.

Ao Exmo. Sr. Eduardo Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário para reivindicar o seguinte:

A construção de lombada, no Km 1, da rodovia do Papel (PR-160), entre os municípios de Imbaú e Telêmaco Borba, tendo como indicação mais exata, local em frente ao Cemitério Municipal de Imbaú.

A indicação justifica-se pela urgência do estado em atender uma necessidade que vai representar um avanço na infra-estrutura e segurança para os

moradores da região e comunidade em geral, que utilizam o trajeto com frequência para atividades comerciais e tráfego da população entre as duas cidades. É importante salientar que se trata também de uma região de acesso dos moradores do Núcleo Habitacional Pioneiro, com ampla circulação de veículos nesse trecho.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 12/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 959

Autoria: Deputado Péricles de Mello

SÚMULA:

Propõe viabilizar Patrulha Rural, utilizada na conservação de estradas, para o município de Imbaú.

Ao Exmo. Sr. Eduardo Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário para reivindicar o seguinte:

Viabilizar Patrulha Rural, utilizada na conservação de estradas, para o município de Imbaú.

A indicação justifica-se pela urgência do estado em atender uma necessidade que vai representar uma solução para os moradores das áreas rurais do município, além de resolver uma pendência da Prefeitura Municipal. Imbaú não possui esse tipo de maquinário, indispensável na execução de obras para melhorar a condição de tráfego na zona rural.

Salienta-se que o município vizinho de Reserva, possui Patrulha Rural própria, podendo também a Secretaria de Transportes do Paraná viabilizar o deslocamento desse maquinário para Imbaú.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

Ata de Comissão**Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente**

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de 2009, reuniu-se na sala de reunião das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente sob a presidência da Sra. Deputada Rosane Ferreira com as presenças dos Srs. Deputados Ribas Carli Filho, Antonio Belinati, Duílio Genari, Luciana Rafagnin e Elio Rusch, membros da comissão. Havendo número legal, a Sra. Presidente deu por aberta a presente reunião, com a

seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 489/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Na sequência, a Deputada Rosane Ferreira, Presidente da comissão colocou, então, em votação o projeto de lei em epígrafe. Relator Deputado Ribas Carli Filho. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encer-

rou os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pela Sra. Presidente e por mim, Dyogo do Prado Russi, secretário da comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente

Dyogo do Prado Russi - Secretário

